



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA LÍGIA ALCINDO SILVA ARAUJO

**A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO
SOCIAL: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no
IFRN**

**NATAL/RN
2015**

ANA LÍGIA ALCINDO SILVA ARAUJO

**A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO
SOCIAL: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no
IFRN**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para conclusão do bacharelado.

Orientadora: M.Sc. Tássia Rejane Monte dos Santos.

NATAL/RN
2015

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Araujo, Ana Lígia Alcindo Silva.

A instrumentalidade do trabalho profissional do serviço social: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no IFRN / Ana Lígia Alcindo Silva Araujo. - Natal, RN, 2015.

100f.

Orientadora: Profa. Me. Tássia Rejane Monte dos Santos.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Serviço social - IFRN – Monografia. 2. Instrumentalidade do trabalho - Profissional do serviço social – Monografia. 3. Assistente social - Exercício profissional – Monografia. I. Santos, Tássia Rejane Monte dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364-4

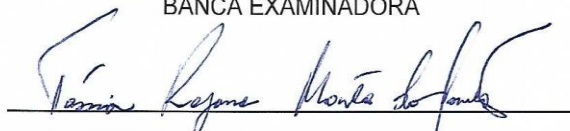
ANA LÍGIA ALCINDO SILVA ARAUJO

**A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO
SOCIAL: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no
IFRN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

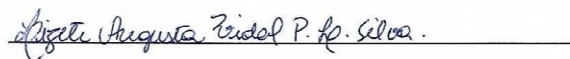
Aprovado em 11 / 12 / 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª M. Sc. Tássia Rejane Monte dos Santos

Orientadora – UFRN/DESSO



Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes Silva

Assistente Social – Cress 4608



Prof.ª D. Sc. Ilka de Lima Souza

Membro – UFRN/DESSO

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é primordial como uma demonstração de afeto e gratidão a todos que contribuíram com o meu processo de formação humana e intelectual, então, nada mais justo do que tecer algumas palavras para estas pessoas. É inegável que foi um processo de avanços e retrocessos para a construção do conhecimento, porém é muito prazeroso olhar para estas páginas escritas com muito esforço e ver que consegui, sou uma vitoriosa! Sendo assim, agradeço primeiramente à Deus, pois sem ele, não sou nada, sem suas intercessões e o seu infinito amor por mim não teria chegada até aqui. Quantas vezes pensei em desistir, achando que não ia conseguir superar os obstáculos, mas ele me deu força para conquistar meus objetivos. Agradeço também aos meus pais, os quais sempre torceram pelo meu sucesso, riram e choraram junto comigo em todos os momentos da minha vida, lutaram para me dá uma educação de qualidade e hoje celebram a felicidade de terem uma filha assistente social. Vocês que me deram todo o apoio com o meu filho para eu conseguir realizar o meu sonho. À vocês eu devo tudo, a minha existência, carreira e sem sombra de dúvidas o amor que me deram. Eu só tenho a dizer, obrigada por tudo, vocês são minha fortaleza. Amo vocês incondicionalmente.

À minha irmã Rafaela, que muitas vezes dividiu comigo os momentos de angústia para conseguir superar todos os desafios e os de alegria, sempre vibrando junto a cada degrau que eu subia, então a você, minha irmã, o meu muito obrigada, por tudo que compartilhamos juntas.

Não posso esquecer do meu amor, Igor, meu esposo, companheiro, cúmplice, que sempre escutava as minhas inquietações, meus treinos para apresentar os seminários, os assuntos das provas, as minhas reflexões, as brigas quando discordávamos de alguns assuntos, rs. Ah, eu posso dizer que você acabou se tornando um pouco de assistente social junto comigo, pois domina até os nomes dos autores do Serviço Social, rs. Bem, amor, eu só tenho a agradecer por tudo que fez e faz por mim, por termos segurado a barra junto sem você eu não tinha chegado até aqui. Obrigada por todo apoio. Eu te amo:

Ao meu filho, João Gabriel, minha jóia preciosa, que me ensinou a encarar a vida com mais perseverança, por você enfrentei tudo, medos, inseguranças e

todas as adversidades ao longo desta trajetória. Você foi minha força diária, pois mesmo cansada, com noites mal dormidas e a responsabilidade de ser mãe e estudante, superei todos os desafios. Mamãe te ama!

Aos meus avós e familiares agradeço também toda a força e compreensão nos momentos que tive que me ausentar para poder me dedicar aos estudos. Eu só tenho a dizer, obrigada por tudo!

Faço também um agradecimento em especial à minha tia Marilde, que foi uma das principais incentivadoras para que eu concluísse com êxito a minha graduação. Apoiou-me em todos os momentos, nunca me deixou sozinha e me deu um grande suporte com o meu filho para eu conseguir dar continuidade ao curso, ficou com ele nas minhas ausências e isso eu nunca irei esquecer. Essas palavras ainda são insuficientes para agradecer toda a dedicação e o amor que foi transmitido para mim e meu filho.

Às minhas companheiras de jornada, Rosalina, Oziléia e Anuska, as quais são muito especiais pra mim, pois chegamos na UFRN juntas. Não tenham dúvida, vocês foram essenciais para a conclusão desta caminhada, partilhamos de boas conversas, momentos de saídas, insegurança por estarmos em um ambiente novo, idas a biblioteca, enfim... tantas lembranças maravilhosas. Ah, meu quarteto fantástico, eu só posso dizer muitíssimo obrigada.

À Jemima e Aline, colegas de turma, que também se tornaram pessoas especiais em minha vida e são amigas que quero guardar por resto da vida, pois partilhamos de muita coisa juntas também. Obrigada por todos os momentos partilhados na graduação.

À Ana Luiza, minha amiga querida, de longas jornadas, nos conhecemos há muitos anos e posso afirmar que contribuiu demais com a minha formação acadêmica e me ensinou a acreditar mais em mim, pois sempre me dava o ombro amigo quando eu precisava, com palavras que me acalmava nos momentos de insegurança. Então, só tenho a te agradecer por ser tão presente em minha vida.

Aos meus professores, que contribuíram para que eu tivesse uma boa formação, para me tornar uma profissional competente e crítica frente às injustiças sociais. Vocês me fizeram enxergar o mundo de outra maneira, de uma forma mais completa, buscando a essência dos fenômenos e com a certeza que devemos sempre lutar por uma sociabilidade pautada na viabilização dos direitos

dos sujeitos. Dessa forma, deixo os meus agradecimentos por todos os ensinamentos transmitidos.

À minha queridíssima orientadora do TCC, professora Tássia, que foi uma peça fundamental para o sucesso desta caminhada, sem as suas orientações não teria conseguido concretizar este trabalho. Agradeço demais os momentos que passamos juntas, boas risadas, conversas na cantina, coordenação, estacionamento, os momentos na monitoria, o incentivo para fazer a pós-graduação, foi tudo enriquecedor, aprendi demais com todos os debates e reflexões que fazíamos. Com toda certeza, irei levar para a vida tudo o que absorvi nessa caminhada contigo. Admiro demais a sua competência. Receba meus sinceros agradecimentos.

Às minhas supervisoras acadêmicas e de campo, Maria Regina e Karina Fonseca, que participaram de um momento ímpar na vida do estudante de Serviço Social, o período de estágio, o qual é cheio de expectativas, receio e a época que o discente se depara com a realidade do trabalho do assistente social para associar teoria a prática. Com isso, vocês tornaram esta experiência mais agradável e dotada de conhecimento. Meu muito obrigado.

Agradeço também a minha duplinha de estágio, Louisi, pois na verdade, passamos momentos de muitas trocas de conhecimento e juntas crescemos no nosso processo de amadurecimento enquanto profissionais para um exercício qualificado. Obrigada por todos os momentos no período de estágio, foram muito enriquecedores e nos encontraremos ainda na caminhada e na luta.

À Lizete, também tenho um agradecimento especial, uma vez que me ajudou bastante no meu processo de maturação intelectual, me apoiando nesta reta final, proporcionando segurança e tranquilidade para galgar outros patamares na vida acadêmica.

Agradeço a coordenação do Curso de Serviço Social, representada pela Professora Ilka de Lima Souza e estendo meus agradecimentos ao chefe de departamento Professor Fernando por buscarem a qualidade do ensino no processo de formação.

Agradeço também a técnica administrativa Karla Matos que sempre buscou solucionar todos os problemas referentes a graduação quando eu a procurava na coordenação do curso, então meu muito obrigada.

E por fim, obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para o término de mais essa etapa da minha vida! A conquista é coletiva. Sozinha não teria chegado ao final desta trajetória. Mas, não tenho dúvida que “começaria tudo outra vez se preciso fosse”, como dizia o grande Gonzaguinha.

Ana Lígia Alcindo Silva Araújo.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, pais, irmã e marido, pois foram essenciais nesta caminhada e são minhas fontes de inspiração.

Ontem um menino que brincava me
falou
Hoje é semente do amanhã
Para não ter medo que este tempo vai
passar
Não se desespere e nem pare de
sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre
com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do
seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que
virá
Nós podemos tudo, nós podemos
mais
Vamos lá fazer o que será
(Gonzaguinha - Nunca pare de
sonhar)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a instrumentalidade do trabalho profissional do Serviço Social no âmbito do IFRN de uma forma mais ampla, prezando por uma racionalidade crítico-dialética. Dessa maneira, se faz a defesa da instrumentalidade como uma capacidade que o assistente social vai adquirindo ao longo do seu exercer profissional, para a construção e reconstrução dos processos sociais. Assim, a exposição é pautada nos fundamentos sócio-históricos da profissão, o surgimento do debate da instrumentalidade, as influências das racionalidades no exercício profissional, a política de educação no contexto neoliberal e a instrumentalidade do trabalho profissional no IFRN. Desse modo objetivou - se através da experiência de estagio no período de 2014.2 a 2015.1, identificar como a instrumentalidade está sendo pensada e materializada pelos assistentes sociais, tendo como parâmetro o projeto ético-político. Como forma de desenvolvimento e problematização da discussão proposta foram utilizadas como metodologia, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa bibliográfica, análise documental e de dados para subsidiar as reflexões á cerca da instrumentalidade do Serviço Social, seus desafios e possibilidades no cotidiano profissional. A amostra foi de 7 entrevistadas, sendo 2 assistentes sociais na Reitoria, 1 no Natal Central, 1 no Ead, 2 na Zona Norte e 1 no Cidade Alta. Como resultados, é possível apontar o quão é necessário o incentivo à educação permanente para os profissionais compreenderem que a instrumentalidade vai para além da dimensão técnico-operativa, isto é, fazer uma análise mais fidedigna da realidade, uma vez que foram identificadas distorções sobre a concepção de a instrumentalidade e as categorias que a constituem.

Palavras-Chave: Trabalho. Instrumentalidade. Racionalidades.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión de curso tiene como objetivo de estudio la instrumentalización del trabajo profesional de Servicio Social en ámbito de IFRN de una forma más amplia, presando por una racionalidad crítico-dialéctica. De esta manera, hazlo la defensa de la mediación como una capacidad que el asistente social va adquiriendo a lo largo de su ejercer profesional, para construcción y reconstrucción de los procesos sociales. Así, la exposición es pauta en los fundamentos socios-históricos de la profesión, el surgimiento del debate de la mediación, las influencias de las racionalidades en el ejercicio profesional, la política de educación en contexto neoliberal y la mediación del trabajo profesional en IFRN. De este modo, objetivó través de la experiencia del pasantía en el período de 2014.2 hacia 2015.1, identificar como la mediación está siendo pensada y materializada por los asistentes sociales, teniendo como parámetro el proyecto ético-político. Como forma de desenvolvimiento y problematización de la discusión propuesta fueran utilizadas como metodología, entrevistas semi-estructuradas, pesquisa bibliográfica, análisis documental y de datos para subsidiar las reflexiones acerca de la mediación del Servicio Social, sus desafíos y posibilidades en cotidiano profesional. Como resultados, es posible apuntar el cuan es necesario el incentivo a la educación permanente para los profesionales comprendieren que la mediación va para allá de la dimensión técnico-operativa, esto es, hacer una análisis más fidedigna de la realidad, una vez que fue identificado muchas distorsiones sobre la concepción de la mediación y las categorías que la constituyen.

Palabras-llaves: Trabajo. Instrumentalización. Racionalidades.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS- Agência Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social.

CA's- Centros Acadêmicos.

CBCISS- Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social.

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social.

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social.

DCE- Diretório Central dos Estudantes.

EAD- Ensino à distância.

FHC- Fernando Henrique Cardoso.

FIES- Fundo de financiamento estudantil.

IFES- Institutos Federais de Ensino Superior.

IFRN- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

INEP- Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira.

LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

MEC- Ministério da Educação.

Método de BH- Método de Belo Horizonte.

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil.

PNE- Plano Nacional de Educação.

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROUNI- Programa universidade para todos.

PUC MG- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

REUNI- Reestruturação e Expansão das universidades Federais.

UNE- União Nacional dos Estudantes.

UNED-Mossoró- Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	25
2.1 OS FUNDAMENTOS SÓCIO- HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DETERMINANTES PARA O DEBATE SOBRE A INSTRUMENTALIDADE	25
2.2 AS INFLUÊNCIAS E OS REBATIMENTOS DAS RACIONALIDADES (ABSTRATA E DIALÉTICA) NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	44
3 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRN: ENTRE A RENOVAÇÃO E O CONSERVADORISMO	59
3.1 A POLITICA DE EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL E OS REBATIMENTOS PARA A EXPANSÃO DO IFRN	59
3.2 A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRN E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLITICO	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	98

1 INTRODUÇÃO

O trabalho expõe os resultados da pesquisa a qual teve como objetivo central investigar sobre a materialização da instrumentalidade do trabalho profissional do Serviço Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), bem como a análise da realidade institucional, o cotidiano, a mediação no exercício profissional, as racionalidades e os principais rebatimentos para a prática do assistente social, uma vez que foi identificado na vivência do estágio obrigatório no IFRN que ocorreu período de 2014.2 a 2015.1, vários perfis profissionais, cada qual com suas particularidades e direcionamentos a cerca do projeto ético político e do entendimento sobre a instrumentalidade do Serviço Social.

O interesse por este debate surgiu através da atuação na monitoria da disciplina Oficina Campos do fazer profissional e instrumentalidade e também da vivência do estágio obrigatório no IFRN Reitoria, onde procuro através dessas experiências e das minhas inquietações, desmistificar alguns pontos que perpassam esta discussão. Com isso, o cotidiano do estágio me fez refletir sobre o trabalho do assistente social e como a instrumentalidade está sendo pensada e materializada pelo profissional dentro da instituição na perspectiva do projeto ético-político, uma vez que este espaço sócio-ocupacional é permeado de contradições e que impõe diversos limites no exercício profissional do assistente social, entretanto vale ressaltar a importância de fazer o enfrentamento aos pragmatismos institucionais.

Além disso, é inconteste afirmar que a temática sobre a instrumentalidade no exercício profissional merece ser difundida com uma maior ênfase, não só no meio acadêmico, mas também para chegar até ao alcance da categoria profissional como um todo, uma vez que foi constatado através das entrevistas no campo de estágio, o quão os profissionais possuem uma concepção equivocada da instrumentalidade, sempre a entendendo como meros instrumentos do Serviço Social. Com isso, a autora Guerra (2012), um ícone neste debate, afirma que “temos vivenciado um total descaso e abandono sobre

a questão da instrumentalidade, da racionalidade da técnica, do alcance da utilização dos instrumentos, estratégias e táticas de natureza técnica e política”.

Deste modo, para se pensar na instrumentalidade do Serviço Social se faz necessário entender que esta sofreu mudanças ao longo da trajetória da profissão conforme as demandas que a conjuntura colocava para os profissionais. Além do mais, esta instrumentalidade tem que ser pensada aliada as três dimensões profissionais, a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para não cairmos na visão unilateral e entendê-la como meros instrumentos da profissão para chegar a um determinado objetivo. Assim, de acordo com Guerra (2007),

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 2007, pág.2)

Assim, no Brasil, o Serviço Social se institucionalizou como uma profissão que iria atuar ora nas demandas do capital, ora do trabalho, atuando em um processo de controle dos conflitos entre as duas classes, para amenizar as expressões da questão social¹.

Então, é bem verdade que até os anos de 1970, o Serviço Social possuía uma prática, isto é, uma racionalidade bastante conservadora e voltada para a fragmentação da questão social, deste modo, esta forma de ser e pensar da profissão era própria da sociedade capitalista, a qual prezava por princípios do

¹ Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade. A questão social surgiu no século XIX, na Europa, com o objetivo de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estavam em pobreza crescente.

neotomismo², positivismo³, da fenomenologia⁴, ou seja, correntes teóricas que colocavam o sujeito apenas na sua singularidade, e não abarcavam o todo, o universal.

Contudo, a partir dos anos de 1980, a profissão começa o processo de intenção de ruptura com esse conservadorismo, isto é, começava a se pensar em uma nova atuação, baseada na racionalidade crítico- dialética, a qual tem como norte o marxismo⁵. Foi nesse momento que as entidades nacionais, bem como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO começaram a se articularem para organização da construção de novo projeto, ou seja, acontece uma grande movimentação dos trabalhadores e um enorme avanço na percepção política dos assistentes sociais.

Este período foi assinalado pelo aprofundamento da relação Serviço Social e a sociedade, e um conhecimento mais sólido sobre o marxismo com textos originais de Karl Marx, e com isso, muitos profissionais aderem à intenção de ruptura, com a influência da ideologia marxista não apenas na teoria, como na política e na prática, buscando ganhar autonomia profissional para poder desenvolver uma prática profissional mais crítica e politizada.

É nesse cenário de luta e debates incessantes na categoria, que entra em debate a discussão sobre a realidade do exercício profissional, ensino universitário e da própria sociedade brasileira e os assistentes sociais começam

² A presença do neotomismo no Serviço Social marca profundamente a profissão desde a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. O Serviço Social, ao surgir atrelado ao projeto da reforma social da Igreja, a serviço de sua ideologia, carrega, além de sua prática, o seu ponto de vista teórico. Toda a visão de homem e de sociedade adotada na profissão se dará a partir da visão católica, tendo como sustentação filosófica o neotomismo.

³ O positivismo foi a corrente que dominou a Europa no século XIX, tendo como seu principal teórico Augusto Comte. Comte introduz a concepção que o conhecimento só pode ser válido se provado pelo método científico.

⁴ Fenomenologia significa estudo dos fenômenos, ciência dos fenômenos. Husserl, em seu trabalho, aborda a ciência da consciência e de seus fenômenos e considera que não se trata de ciência destinada a dar explicações sobre o mundo e as coisas, ou de teoria explicativa que venha a acrescentar às anteriores.

⁵ Marxismo é um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social. A metodologia marxista utiliza inquéritos econômicos e sociopolíticos e que se aplica à crítica e análise do desenvolvimento do capitalismo e o papel da luta de classes na mudança econômica sistêmica.

a repensar sua intervenção e leitura das demandas postas, buscando se qualificar para proporcionar um serviço de qualidade aos seus usuários.

Dessa forma, é de suma importância compreender a instrumentalidade no seu aspecto ontológico, ou seja, buscar as suas origens e determinantes, para uma melhor apropriação desta no exercício profissional. Por isso, a associamos como um processo de trabalho, o qual é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas.

Por sua vez, é colocar esta instrumentalidade como uma capacidade que o profissional vai adquirindo ao longo da prática profissional para poder intervir na realidade social, sendo um profissional crítico e comprometido com os seus usuários, sabendo que existem desafios, porém, vislumbrando as possibilidades a serem traçadas. O profissional é dotado de uma capacidade teleológica que vai na verdade proporcionar um planejamento prévio das suas ações para assim concretizá-las com sucesso, afinal é fundamental analisar fielmente a realidade para poder intervir.

Por isso, é de fundamental importância a articulação de todas as dimensões do fazer profissional do (a) assistente social, a fim de possibilitar uma atuação mais crítica e consciente. Tendo em vista a contradição em que o profissional se encontra ao ser deparar com muitas expectativas quanto ao seu trabalho, e por outro lado com as condições objetivas a ele (a) impostas, que muitas vezes não são favoráveis. Assim, é muito essencial o reconhecimento das possibilidades, mas também dos limites profissionais, para que as ações que consigam ser realizadas sejam valorizadas, tanto pelo próprio profissional, quanto por outros, e não se caia no “messianismo” ou no “fatalismo” profissional.

Além do mais, ressalta-se a importância da educação permanente⁶ do profissional, para que este entenda a conjuntura contraditória que perpassa o

⁶Pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.

exercício do assistente social e torne-se cada vez mais crítico e questionador, sem cair no imediatismo sem fim que as instituições impõe aos profissionais.

Diante deste debate sobre a instrumentalidade e a lógica das instituições, destaco uma categoria importante nesta discussão e nesse cotidiano do Serviço Social, à mediação, a qual só tem sentido na perspectiva da superação e ou transformação de objetos centrais para a lógica dialética, uma vez que de acordo com Pontes (2010), os elementos que constituem a mediação: movimento, contradição e superação não buscam equilíbrio entre as forças, mas uma relação de negação, um enfrentamento ao estabelecido como “verdade”, ou seja, o imediatismo. Superar o imediato é uma ação da mediação, que é uma ação qualitativa, dentro de uma contradição. A contradição por sua vez, compreende uma relação com o todo, portanto a superação reflete a negação com todo o resto o que só é possível acontecer pela mediação que penetra no cerne da questão social e não nas aparências.

A mediação, na verdade deve ser intrínseca a atuação profissional, uma vez que essa categoria dá direção e qualidade à prática, a qual é baseada no método dialético marxista, resultado de um processo dinâmico e ativo desenvolvido pela interação entre as pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, instituições, enfim uma rede de associações em que o usuário é tido como sujeito engajado na construção de sua própria história. Então, a função do Assistente Social é intervir facilitando e mediando essa construção, buscando as variadas alternativas e possibilidades para viabilizar o direito do usuário.

O campo de intervenções institucionais se apresenta como despido de mediações, com práticas imediatizadas, onde profissional e usuários estão submetidos a uma só dimensão de prática, a institucionalizada. Sendo assim, a categoria mediação permite ao profissional de Serviço Social repelir esta prática revendo os procedimentos institucionais e superando as limitações dos equipamentos teórico-metodológicos da sua prática.

Além disso, nesse campo de intervenções existem dois tipos de demandas para o Serviço Social no que tange o processo de mediação, bem como, a demanda institucional e a profissional. A primeira se coloca diante do profissional como simples atividade, sem espaço para mediações, cujos

objetivos e metas é desenvolver intervenções que não extrapolem o pré-estabelecido. O que é permitido é a setorização das necessidades dos usuários, a inserção social é a reiterada pelos programas normatizados, conformados a imediatividade, com respostas paliativas, organizadas com “um fim em si mesmo”. A segunda busca no interior das demandas reconstruir a rede do espaço institucional e identificar aí o problema social, contextualizando-o para poder intervir, mediatizando.

Já no que tange a atuação do assistente social na área da educação, pode-se afirmar que a dimensão educativa e organizativa do serviço social não se constitui em algo recente, pois a profissão apresenta em sua origem, um caráter educacional, no cerne da luta de classes, atuando e contribuindo na reprodução do controle social, sobre as famílias proletárias e nos processos de socialização e educação da classe trabalhadora durante a expansão do capitalismo, atendendo, desta forma, a reprodução e a legitimação do capital.

Mais precisamente, no contexto do IFRN, de acordo com Oliveira (2013), o Serviço Social Escolar surgiu em 1962, na extinta Escola Industrial do Rio Grande do Norte, e desde aquela época vem se consolidando enquanto um setor que favorece a permanência dos alunos na instituição. Inicialmente, gestada sob o viés puramente assistencialista, as ações do Serviço Social eram voltadas à responsabilidade básica de suprir as necessidades mais urgentes demandadas pelos alunos “mais carentes”.

Então, a Assistência Estudantil é consonante à política de assistência social. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi observado grandes avanços no que diz respeito a educação brasileira, visto que esta é reconhecida como um direito. Por sua vez, diante deste contexto surge a importância de um tipo de atuação junto aos grupos e relações existentes no ambiente institucional, destacando os desafios do cotidiano profissional, provocando reflexões que perpassam as demandas sociais encaradas no mundo do trabalho, e em específico, na instituição em questão, o IFRN, sobretudo, instigando novas formas de interpretar a dimensão técnico-operativa do assistente social na educação.

A assistência estudantil é concebida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos estudantes, por meio de garantia do direito a educação pública de qualidade, na perspectiva de democratizar o acesso, a permanência, e o êxito escolar dos estudantes.

É incontestável que nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia, o assistente social torna-se um executor terminal de políticas da assistência estudantil, se detendo apenas em estabelecer os critérios de elegibilidade dos programas e priorizando o seu tempo para fazer as seleções dos inscritos. Com isso, acaba por apresentar em seu exercício uma dimensão burocrática e administrativa, na qual a atuação se torna limitada e limitadora, já que as demandas institucionais se tornam mais evidentes do que as profissionais. Por isso, vale enfatizar que a demanda institucional difere da demanda profissional porque elas contem propostas diferentes.

Destarte, após este resgate sobre a os fundamentos sócio-históricos da profissão, a instrumentalidade, o cotidiano, a mediação, o poder institucional, política de assistência estudantil e a atuação do Serviço Social nos Institutos Federais, faz-se necessário partir do princípio e buscar compreender se a falta do entendimento crítico do que seja esta instrumentalidade seria por fatores e características do cotidiano em si? Ou seria por falta de uma educação permanente dos assistentes sociais? Diante desta discussão, Yolanda Guerra aponta a seguinte colocação,

A presença dos fundamentos do pragmatismo atravessando a ciência moderna, a utilização de analogias, remetem a aplicação da teoria à realidade. Cabe, pois, aos profissionais preparados o papel de desvelar a realidade partindo da analogia, mas transcendendo-a. Aqui há que se reconhecer os limites e possibilidades do conhecimento acumulado. Este não deve se constituir em modelo, forma ou guia imediato para ação. (GUERRA, 2012, pág.54)

Foi identificado nas entrevistas, que seriam os dois, tanto o cotidiano é perverso e impõe as ações mecânicas, imediatas e pragmáticas, como também os assistentes sociais devido a este dia-a-dia sobrecarregado acabam não participando dos eventos do Serviço Social e se fecham apenas para os debates a cerca da sua área de atuação, deixando assim, de entender os outros espaços sócio-ocupacionais.

Portanto, o que fica claro é que o exercício profissional do assistente social deve ir para além das demandas institucionais, que prezam pela lógica capitalista, pelo imediato, o aparente, regressão de direitos e consequentemente pela análise superficial da realidade posta. Por isso, sabe-se que deve ser observado não somente às demandas explícitas, mas também as implícitas, uma vez que estas necessitam de um olhar mais atento e técnico, inclusive, com conhecimentos no que diz respeito à lei que rege a política de assistência estudantil, pois só assim poderão garantir a assistência estudantil a todos aqueles que dela necessitam, sempre pautadas pelos princípios, competências e atribuições do código de ética da profissão.

É inegável que o Serviço Social no IFRN tem, ao longo dos anos, implementado ações, programas e projetos que vêm ao encontro das necessidades sociais de seus alunos, através de estratégias de acesso e permanência na Instituição, principalmente daqueles oriundos de classes menos favorecidas socioeconomicamente, contribuindo, assim, para a efetivação da educação como um direito social.

Dessa forma, deve-se também entrar na discussão, o Serviço Social como uma especialização do trabalho e entender a categoria trabalho como fundamental para o embasamento do debate sobre a instrumentalidade na contemporaneidade e suas implicações na prática profissional. Assim, o Serviço Social, para Iamamoto e Carvalho,

[...] se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, pág.77)

Com isso, quando pensamos em prática profissional, vem à tona a idéia do que o assistente social faz em seu exercício profissional, ou seja, como faz, o que, porque, para que. Então, o que vivenciasse no fazer profissional são diversas atividades que o Serviço Social tem que cumprir e consequentemente dar respostas imediatas para aquelas demandas para assim o profissional ganhar visibilidade diante os seus usuários e a instituição entender qual o real

significado e a importância daquela profissão no espaço sócio-ocupacional. Com isso, Iamamoto afirma que,

A leitura hoje predominante da "prática profissional" é de que ela não deve ser considerada "isoladamente", "em si mesma", mas em seus "condicionantes" sejam eles "internos" - os que dependem do desempenho do profissional- ou "externos" - determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. (IAMAMOTO, 2000, pág.93)

Destarte, a pesquisa foi orientada pelo método dialético, o qual considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais, uma vez que a dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas e com o movimento entre parte e todo dos fenômenos, isto é, sempre buscar transcender o campo do aparente e lutar pelo esforço do aparecimento da essência, sempre prezando pela totalidade do real.

Dessa forma, a partir da utilização deste método como um direcionamento para a pesquisa, pode-se assim inferir que esta é explicativa, pois haverá um detalhamento descritivo e analítico, colocando o porquê dos fenômenos, aprofundando o conhecimento de uma dada realidade, buscando desvelar as inquietações do pesquisador.

Além disso, a pesquisa foi de natureza qualitativa, à medida que preza pela utilização das mais variadas formas de metodologia, bem como a fase exploratória, o trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

Os objetivos da pesquisa são: analisar a materialização da instrumentalidade do Serviço Social no exercício profissional no âmbito do IFRN, bem como as características institucionais e como estas influenciam na condição de trabalho do assistente social, pensar nas heranças tecnicistas do Serviço Social e os rebatimentos no exercício profissional nos dias atuais, Investigar a concepção de instrumentalidade por parte da categoria de assistentes sociais do IFRN, avaliar a categoria mediação como fundamental para uma intervenção qualificada.

No que tange ao universo da pesquisa, esta corresponde às unidades da Reitoria, Natal Central, EAD, Zona Norte e Cidade Alta. Assim, foram entrevistadas 7 assistentes sociais que compõe ativamente o quadro do Serviço Social, bem como, 2 assistentes sociais na Reitoria, 1 no Natal Central, 1 no EAD, 2 no Zona Norte e 1 no Cidade Alta. A amostra diversificada foi intencional, para se identificar os mais diversos perfis profissionais e as suas percepções sobre a instrumentalidade do trabalho profissional. Esses campi foram escolhidos por possuírem aspectos primordiais para o desenvolvimento da pesquisa, como por exemplo, uma melhor localização geográfica para o realizar da pesquisa e a minha observação no processo de estágio dos diversos perfis profissionais, uns conservadores, outros libertários, então isso me inquietou a buscar saber qual o entendimento destes profissionais sobre a instrumentalidade. Desse modo, é de grande relevância buscar dados nesse espaço no que tange a instrumentalidade, pois irá ser debatido e exposto uma área de atuação do assistente social que cada vez mais ganha espaço e pensar como se realiza o trabalho neste espaço sócio-ocupacional.

Como técnica de coleta de dados a pesquisa, se realizou entrevistas guiadas por um roteiro, previamente elaborado e organizado pela pesquisadora para a atual pesquisa, com questões abertas para que, desta forma, conseguíssemos dados sobre a materialização da instrumentalidade do Serviço Social no exercício profissional do IFRN. Nessa investigação, o objetivo foi colher dados de como está sendo pensada, construída e materializada a instrumentalidade, partindo do princípio que esta é vista por muitas vezes de forma enviesada pela categoria.

Sendo assim, ao longo do trabalho foram utilizadas diversas falas das profissionais para subsidiar a argumentação que tinha sido exposta, para haver um diálogo com o que está sendo debatido no texto e também como uma forma de mostrar o posicionamento delas à cerca dos pontos colocados nas sessões.

Com isso, a pesquisa almejou trazer contribuições indispensáveis para a categoria no que diz respeito a entender de fato qual o significado desta profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e como intervir de forma autêntica e com criticidade diante as múltiplas dimensões da questão social, buscando sempre analisar e intervir na realidade com o intuito de provocar uma transformação

naquele cenário, mesmo que saibamos que os efeitos sejam mediatos, isto é, a médio e longo prazo.

Portanto, o presente trabalho monográfico está dividido em dois capítulos distintos, a saber: A instrumentalidade do trabalho profissional do Serviço Social o qual trará o debate sobre os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social, bem como estes irão determinar o debate sobre a instrumentalidade e as influências e rebatimentos das racionalidades crítico-dialética e formal-abstrata no exercício profissional, e o segundo capítulo: o trabalho do Serviço Social no IFRN: entre a renovação e o conservadorismo, que irá discutir sobre a política de educação enquanto direito social e os rebatimentos para a expansão do IFRN e por fim, a instrumentalidade do trabalho profissional do serviço social no IFRN e sua relação com o projeto ético-político.

2 A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 OS FUNDAMENTOS SÓCIO- HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DETERMINANTES PARA O DEBATE SOBRE A INSTRUMENTALIDADE

Neste tópico irei fazer um resgate sócio-histórico do Serviço Social, bem como os seus avanços e retrocessos, para se entender como a instrumentalidade sofreu mudanças e foi se moldando de acordo com as demandas apresentadas em cada tempo histórico. Além disso, sinalizo a minha concepção a cerca da instrumentalidade fazendo uma contextualização do que é um processo de trabalho, e como este ocorria nas sociedades pré-capitalistas, ou seja, no período do Feudalismo e posteriormente com o emergir do capitalismo, também pontuo o trabalho concreto e abstrato buscando explicitar como eles se expressam na sociedade do capital e como o assistente social atua nesta socialidade perversa como um trabalhador assalariado e como o seu trabalho é impactado pela lógica mercantil. Portanto, enfatizo também nesta sessão, o que são mediações no exercício profissional e a importância do assistente social possuir uma análise crítica da realidade e sempre prezar pela constante atualização do conhecimento para não cair no imediatismo e na superficialidade do cotidiano. Assim, irei dialogar ao longo do texto com as falas coletadas nas entrevistas, para confrontar o arcabouço teórico com o que foi encontrado em cada diálogo.

O Serviço Social é resultado das relações sociais da sociedade capitalista madura e da representação dos seus agentes profissionais, com isso, é indiscutível afirmar que ocorreram várias nuances ao longo da sua trajetória, até chegar ao seu amadurecimento intelectual e político com a ruptura com o conservadorismo, ou seja, se distanciou da Igreja, e assim, passou a assumir o marxismo como seu principal norteador. Dessa maneira, para se entender a instrumentalidade do Serviço Social, é necessário analisar o caminho percorrido

por essa profissão, demarcando a natureza do trabalho do assistente social em cada período vivenciado e principalmente compreender que a instrumentalidade é uma forma ontológica⁷ e reflexiva da profissão, a medida que ela tem que ser projetada no intelecto e materializada nas ações de maneira crítica e totalizante.

Sabe-se que o debate sobre a instrumentalidade ainda é bastante sumário na categoria profissional e no processo de formação, assim constata-se que é de suma importância trazer elementos que perpassam esta discussão, para fortalecer o debate e análise sobre a instrumentalidade do Serviço Social e de qual forma ela está sendo discutida e materializada no seio profissional, isto é, pensar nas racionalidades envolvidas neste processo.

Dessa forma, é necessário refletir sobre os perfis profissionais que existiram dentro da categoria de assistentes sociais, fazendo um resgate sócio-histórico das mais variadas vertentes teóricas que influenciaram o Serviço Social. Dessa forma, é cabível partir de uma discussão desde a gênese da profissão até os dias atuais, para identificarmos o porquê de apropriações enviesadas no que diz respeito à instrumentalidade, já que esta sempre é remetida a dimensão técnico-operativa como meramente instrumental.

Pode-se afirmar que as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem. No caso do Serviço Social, suas origens devem ser localizadas na emergente sociedade urbano-industrial dos anos 1930 do século XX, em uma peculiar do desenvolvimento capitalista, marcada por conflitos de classe, pelo crescimento numérico e qualitativo da classe operária e pelas lutas sociais que esta desencadeia contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania.

⁷Entender a instrumentalidade conforme os seus princípios, origens, buscar os seus fundamentos, ou seja, situar a categoria trabalho neste debate e entender esta instrumentalidade como uma forma de chegar aos objetivos profissionais. Além de entender que a instrumentalidade é a articulação das três dimensões profissionais, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Conforme Carvalho e Iamamoto, as protoformas do Serviço Social tem sua base nas obras e instituições que começam a “brotar” após o fim da Primeira Guerra Mundial, assim,

Caracteriza-se esse momento no plano externo, o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento operário em toda a Europa. O tratado de Versailles procura estatuir internacionalmente uma nova política social mais compreensiva relativamente à classe operária. É também o momento que surgem e se multiplicam na Europa as escolas de Serviço Social. No plano interno, como foi visto, os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011, pág. 176)

A igreja católica teve importância singular na configuração da identidade que marca a gênese do Serviço Social no Brasil, sendo responsável pelo seu ideário, pelo inicial e incipiente campo de ação, pelas agências de formação dos primeiros assistentes sociais. As primeiras escolas de Serviço Social do país, fundadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, em 1936 e 1937, organizaram-se sob forte influência europeia, especialmente franco-belga, países nos quais foram as pioneiras do Serviço Social. Com isso, as bases da formação, inspirados na doutrina social católica, assentavam-se em uma ótica psicologizante e de individualização dos problemas sociais, que tendia a buscar as especificidades da questão social na esfera ético-moral. Reforçando o substrato liberal de que o destino pessoal é de responsabilidade do próprio individual.

Sendo assim, é bem verdade que o Serviço social emergiu como projeto da classe burguesa e foi chamado pelo Estado para atender os interesses desta no intuito de apaziguar os conflitos de classe e dessa maneira, não possuía um caráter liberal e institucionalizado, já que toda e qualquer ação era de cunho voluntário e benemerente.

As condições propícias à profissionalização do Serviço Social foram criadas a partir da crescente intervenção do Estado nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas. Foi o contexto de enfrentamento a questão social pelo Estado e empresariado, com o apoio da igreja católica, que conduziu à institucionalização e legitimação do Serviço Social

profissional, em um cenário em que a pobreza é, simultaneamente, naturalizada e vista como ameaça à ordem burguesa.

À partir dos anos 1940/1950, foi feita uma série de medidas de políticas sociais, como uma forma de enfrentamento das múltiplas questões sociais, ao mesmo tempo em que o Estado conseguia a adesão dos trabalhadores, da classe média e dos grupos dominantes, estes, donos do capital. O governo populista adotava, ao mesmo tempo, mecanismos de centralização político-administrativa, que favoreciam o aumento da produção, dando condições para a expansão e a acumulação capitalista e conseqüentemente o Serviço Social passa a ter uma nova lógica baseada na profissionalização, uma vez que ganha reconhecimento e legitimação, tornando-se um trabalhador assalariado, vendendo sua força de trabalho em troca de um salário. O assistente social tem seu desempenho majoritariamente vinculado a instituições pública e privadas, passando a se responsabilizar pela implementação das políticas sociais.

Nesse período há uma forte influência norte-americana na América Latina e no Brasil, a partir do segundo pós-guerra penetra também, na profissão, com a incorporação das teorias estrutural-funcionalistas e das metodologias de intervenção, especialmente o Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Sob a influência do funcionalismo norte-americano, a proposta oficial do Desenvolvimento de Comunidade é estimulada como mecanismo de correção das “disfuncionalidades” causadas pelo sistema capitalista, constituindo-se em instrumento ideológico de integração da população pobre aos projetos de desenvolvimento, onde o social é concebido como variável dependente do crescimento econômico.

Nos primeiros anos da década de 1960, no período da ditadura militar, desencadeiam um início de mudanças significativas no Serviço Social numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade diante do agravamento da questão social e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora, contrastando com os índices de crescimento econômico verificados em finais dos anos 1950.

Nesse período destacam-se a intervenção ativa do movimento estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e as transformações da igreja católica na América Latina, agora sob os influxos do Concílio de Vaticano II⁸ que dá origem a igreja popular, primeiro passo para a formulação da “teologia da libertação⁹”.

Dentro desse contexto, observa-se no seio profissional um movimento inicial de crítica a práticas tradicionais, assistencialistas e integradoras desenvolvidas até então, começando a despontar no Serviço Social a necessidade de sintonia com uma sociedade em mudança e responder as demandas macrossocietárias. Nesse sentido, os “Seminários Regionais de Serviço Social” tiveram um papel central para a busca da categoria em romper com o conservadorismo profissional. Além disso, é válido destacar que as primeiras expressões da renovação estão consubstanciadas nos documentos de Araxá e Teresópolis publicados pelo CBCISS¹⁰ e o método de BH¹¹, adotado pela escola de Serviço Social da PUC de Minas Gerais.

⁸ Concílio de Vaticano II foi um momento de reflexão global da igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo.

⁹ Teologia da libertação está diretamente relacionada ao movimento ecumênico, que busca o retorno à união e comunhão de todas as religiões cristãs. É considerada como um movimento apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

¹⁰ O **Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais** teve sua existência de fato desde 1946 e, de direito, a partir de 1957, quando foi inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas com a denominação de **Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS)**, é uma associação, de utilidade pública, sem fins econômicos, constituída como pessoa jurídica de direito privado. O **CBCISS** tem por finalidades contribuir para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país, através de ações e serviços, mantendo um diálogo permanente com a sociedade civil e o poder público na busca e definição de estratégias que assegurem a elevação dos níveis de bem-estar social da população brasileira e promovam a igualdade social, a afirmação de direitos e a justiça social.

¹¹ O Método de Belo Horizonte, foi montado e experimentado pela equipe de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, procura significar uma ruptura com os métodos positivista inspiradores do serviço Social tradicional e propõe uma intervenção profissional com bases epistemológicas na Lógica Dialética. Adotando uma concepção histórica e crítica a sociedade, o método pretende ser “um conjunto de procedimentos interligados e interdependentes que fundamentados em uma teoria científica de análise da realidade, permitirá orientar as investigações e experimentações profissionais.

A edificação da intenção de ruptura surge com a proposta de romper as práticas tradicionais do Serviço Social voltadas para o ajustamento e o caráter de caridade. Sendo assim pode-se dizer que esta vertente foi uma crítica ferrenha aos ideais da autocracia burguesa, a qual categoria profissional começou a despertar para uma análise mais crítica da realidade social. Neste sentido, a intenção de ruptura ocorre mais visivelmente no período de 1972 a 1975, pelo grupo de jovens profissionais na escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, já que antes mesmo do contexto da ditadura militar, alguns grupos de assistentes sociais já estavam com o intuito de novas práticas teórico-metodológicas e interventivas.

Neste sentido, o desenvolvimento desta perspectiva é marcado por três momentos primordiais, os quais são a emersão, consolidação acadêmica e o espraiamento. Em primeiro lugar, a constituição da perspectiva da intenção de ruptura foi o da sua Emersão em 1972 na UFMG, a qual apesar da repressão militar, as idéias da intenção de ruptura se desenvolveram pelo método de Belo Horizonte, marcado por contradições, cuja base está na perspectiva teórica. Dessa forma, o método de Belo Horizonte foi o que estabeleceu no final da década, as bases para retomada da crítica ao tradicionalismo, que trariam novos direcionamentos a formação e a prática profissional, ou seja, o momento da emersão foi caracterizado pelo esforço teórico (marxismo) e crítico.

E este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais no plano da formação. (NETTO, 2010, p.263)

Em segundo lugar, tem-se o momento denominado de consolidação acadêmica, o qual ocorreu em 1983 assinalado pelo aprofundamento da análise de relação entre Serviço Social e a sociedade, e um conhecimento mais sólido sobre o marxismo com textos originais de Karl Marx, já que ao contrário da emersão, teve um maior desenvolvimento, visto que o controle do regime militar era menos rígido e atuante se comparado ao que era exercido no momento anterior. Assim, as assistentes sociais vão romper com o conservadorismo, podendo pensar sobre as práticas profissionais com mais acúmulo teórico tendo em vista que as experiências agora são com bases do método de BH.

Por fim, tem-se o terceiro momento iniciado a partir de 1984 quando acontece o espraiamento, onde muitos profissionais aderem à intenção de ruptura, com a influência da ideologia marxista não apenas na teoria, como na política e na prática, buscando ganhar autonomia profissional para poder desenvolver uma prática profissional mais crítica e politizada.

A partir dos anos 1980 começa a ser difundido no interior da categoria um novo redimensionamento da prática profissional, onde as entidades nacionais começaram a ser articularem para organização da construção de novo projeto. É nesse momento que acontece uma grande movimentação dos trabalhadores e um enorme avanço na percepção política dos assistentes sociais.

Este período foi assinalado pelo aprofundamento da relação Serviço Social e a sociedade, e um conhecimento mais sólido sobre o marxismo com textos originais de Karl Marx, e com isso, muitos profissionais aderem à intenção de ruptura, com a influência da ideologia marxista não apenas na teoria, como na política e na prática, buscando ganhar autonomia profissional para poder desenvolver uma prática profissional mais crítica e politizada.

É nesse cenário de luta e debates incessantes na categoria, que os profissionais começam a repensar a sua teoria e intervenção, buscando se qualificar para melhor atender os seus usuários. Nesse período a formação profissional do assistente sociais no Brasil é questionada e entra em debate a discussão sobre a realidade do ensino universitário e da própria sociedade brasileira.

Como tal é destacado o projeto em termos da direção social e das condições efetivas do exercício profissional. A definição do projeto esta na busca da conquista de espaço da sociedade civil.

Com isso, para se pensar em instrumentalidade, além de fazer um resgate sócio-histórico da profissão, e entender que o arsenal de instrumentos do Serviço Social vai se adequando a cada contexto histórico vivido pela profissão ao longo de sua trajetória, também deve-se fazer um debate acirrado sobre a ontologia dessa instrumentalidade, bem como trazer uma discussão sobre a categoria trabalho e entendê-lo como fundante do ser social, uma vez que o homem edifica uma estreita relação com a natureza para satisfazer suas necessidades básicas

atraves da transformação desta em objetos úteis para sua sobrevivência e também se transformar enquanto sujeito social.

Assim, vale lembrar que conforme Guerra (2008), o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis¹².

Por isso, Marx já afirmava que o trabalho é dotado de capacidade teleológica do homem, isto é, toda e qualquer ação é feita através de um planejamento sobre suas finalidades e meios a serem alcançados, então nenhuma postura é feita de forma impensada. Dessa forma, Barroco afirma que Marx faz a seguinte analogia,

Pressupomos o trabalho numa forma em que pretende exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação, e, portanto idealmente. (Barroco apud Marx, 2008, p. 23)

Deve-se também analisar que o desenvolvimento das conquistas materiais e espirituais do gênero humano, determinado fundamentalmente pelas forças produtivas e pelo domínio dos homens sobre a natureza, permite a liberação das capacidades humanas, concebidas como a riqueza humana. Com isso, dependendo das condições históricas nas quais se desenvolvem o trabalho e a práxis, em geral, maior ou menor é o campo de possibilidades para que o

¹² A práxis no Serviço Social funda-se na mediação das contradições histórico-estruturais, a partir da fundamentação teórico-metodológica crítico-dialética que viabilize procedimentos técnico-operativos específicos, sob a ótica ético-política emancipatória, ou seja, a práxis é a prática refletida.

indivíduo se aproprie desta riqueza, entretanto, o que ocorre, historicamente é a existência de uma discrepância entre a produção e a distribuição da riqueza socialmente produzida.

Fazendo um resgate histórico das sociedades pré-capitalistas, pode-se afirmar que neste tipo de sociabilidade, o trabalho e suas relações tinham um viés totalmente diferente dos tempos atuais, uma vez que não existia a concepção do lucro como um valor central, a propriedade privada e a acirrada divisão do trabalho. Antes da sociedade do capital, ou seja, no Feudalismo, o processo de compra e venda se caracterizava como um processo de circulação mercantil simples, já que o produtor vendia uma mercadoria e o dinheiro que recebia empregava novamente na compra de outro produto com valor de uso para vender no mercado e reiniciar o processo.

Assim, é incontestável inferir que o trabalho na sociedade do capital ao mesmo tempo que estimula a capacidade humana, este é alienado e alienante, já que a lógica do capitalismo faz com que ocorra um estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, e aquele não se reconheça como um sujeito histórico e participante fundamental naquele cenário. Desta maneira, o trabalho e o seu produto aparecem como algo que existe independente dele e a exploração desumana toma rumos largos neste processo de trabalho, por isso Barroco afirma que Marx apresenta que,

O objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como um ser estranho, como um poder independente do produtor [...] Quanto maior é sua atividade, mais ele fica diminuído. A alienação do operário no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume, uma existência externa, mas existe independentemente dele, fora dele, e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele: que a vida que deu a esse volta-se contra ele como uma força hostil e antagônica. (Barroco apud Marx, 2008, p.33)

Nas relações capitalistas observa-se a desumanização do homem, o empobrecimento dos sentidos e a coisificação das relações sociais, já que o homem é tratado como um objeto, que pode vender sua força de trabalho em troca de um salário com valor irrisório e sendo obrigado a atender os ditames do mercado para conseguir sobreviver. Deste modo, conforme Barroco,

As relações sociais decorrentes dessa relação mercantil objetivam-se como relações entre mercadorias, isto é, os indivíduos se reconhecem

apenas através de suas mercadorias e a essência do processo fica obscurecida por uma aparência coisificada; o trabalho assume a forma de uma generalidade abstrata e a relação social dos homens com sua atividade produtiva e se apresenta como um estranhamento. (BARROCO, 2008, p.45)

Com isso, é inegável que o capitalismo ao mesmo tempo que gera riquezas para a burguesia, esse contribui para a geração desumana da miséria, já que a classe trabalhadora cada vez que produz mais riquezas, fica presa a uma lógica devastadora e de subsunção do trabalho e das relações sociais, tornando-se uma máquina e objeto nas mãos dos que detém os meios de produção.

Sabe-se que na sociedade capitalista, a produção de mercadorias está fundada no trabalho assalariado e na incessante busca da mais valia, a qual é baseada no processo de absorção do trabalho não pago. Desta maneira, o produto do trabalho humano que transforma a natureza e cria um objeto antes inexistente está produzindo algo que tem um valor de uso, isto é, que possui uma utilidade para atender as demandas dos sujeitos. Além disso, para que um objeto seja uma mercadoria é preciso que os valores de uso sejam reproduzidos repetidamente e satisfaçam necessidades sociais, com isso, é que preciso que as mercadorias sejam trocadas, ou seja, que possuam valor de troca. Eis o que diz Marx,

A mercadoria tem, portanto, um valor de uso que corresponde a suas propriedades naturais e que responde a necessidades sociais na medida em que ela é um objeto útil ao homem. Mas, como meio imediato de satisfação de necessidades de seu possuidor, ela não é mercadoria; só se torna tal quando passa a sê-lo para outros: para se efetivar como valor de uso, a mercadoria precisa efetivar-se como valor de troca. Na troca, ocorre a “dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e das coisas destinadas à troca”. (Barroco apud Marx, 2008, p.40)

Outro ponto determinante para a discussão da categoria trabalho é justamente fazer as devidas colocações no que diz respeito, como Marx já apontava sobre o duplo movimento do trabalho, isto é, o analisando como concreto ou abstrato e os principais rebatimentos na profissão. Dessarte, o trabalho concreto, ou seja, o trabalho específico é aquele que resulta em um bem qualquer que possua um valor de uso no intuito de suprir necessidades sociais.

Assim, é um trabalho que é auto-determinado e que preza pela qualidade, uma vez que o seu produto final deve ser consumido pela sociedade.

Dessa maneira, o valor de toda mercadoria é o 'trabalho abstrato', não só direto, mas também indireto, empregado na sua produção. O 'trabalho abstrato' não é simplesmente trabalho de indivíduos genéricos, é o trabalho alienado da sociedade burguesa.

Na medida em que a produção e o intercâmbio de mercadorias se desenvolvem até abranger a quase totalidade dos produtos, quando inclusive a própria capacidade ou força humana de trabalho torna-se mercadoria, o valor, expressão do 'trabalho abstrato', passa a ser representado pelo dinheiro, uma mercadoria especial

Com isso, é o tempo de trabalho abstrato que determina o valor de troca de uma mercadoria. Portanto é verídico afirmar que o trabalho concreto cria valores-de-uso e o trabalho abstrato cria valores-de-troca.

Diante do debate sobre a categoria trabalho e a análise crítica da sociedade capitalista, bem como os seus perversos influxos no exercício profissional do assistente social, é indiscutível afirmar que a condição de resposta profissional do assistente social dependerá de muitas situações complexas e contraditórias que envolvem o seu exercício cotidianamente em cada espaço sócio ocupacional, tendo em vista que muitos desafios e limites institucionais são colocados a este trabalhador. Assim, caberá a este criar estratégias de enfrentamento e acirrar a correlação de forças dentro da instituição para ampliar a garantia dos direitos sociais dos usuários, comprometido com a qualificação dos serviços prestados e com a classe trabalhadora. Desse modo, foi constatado claramente o quão é desafiador atuar neste cotidiano através da entrevistada 3, a qual coloca,

Diante desse quadro de estresse, sobrecarga, isso de alguma forma afeta a relação com o usuário né? Se você é um profissional sobrecarregado, se você é um profissional que está estressado, se você é um profissional altamente cobrado, isso vai refletir na sua relação com o usuário né? Você não vai ter condições de fazer um bom trabalho, as coisas acabam muitas vezes não fluindo como você gostaria, você não tem tempo para desenvolver atividades que seriam extremamente interessantes, que aproximaria você de determinados contatos.

Logo, é bem verdade que a dinâmica social influi categoricamente o exercício profissional, uma vez que a lógica predominante é a do capital, de sempre restringir o acesso aos direitos, de fragmentar a questão social para assim galgar a desresponsabilização do Estado. Então, o assistente social detém de condições objetivas e subjetivas bem comprometedoras, o que faz muitos profissionais de certa forma, caírem no fatalismo e acharem que não podem mais alterar aquela ordem estabelecida na instituição. Como observa-se na fala da entrevistada 3, que enfatiza o quão este cotidiano saturado de heterogeneidade e imediatismo influi na relação profissional e usuário.

Deste modo, penso que o assistente social deve possuir uma apreensão crítica voltada para a defesa dos direitos humanos em sua totalidade, referenciando assim os direitos sociais, políticos e civis em uma realidade concreta, não se curvando aos ditames estabelecidos pela instituição, buscando sempre atuar na correlação de forças e procurando oferecer um serviço de qualidade mesmo diante dos desafios colocados por essa dinâmica perversa, a do capital.

Neste sentido, o profissional do Serviço Social deve atuar conforme os princípios do código de ética da profissão, a fim de garantir a ampliação e consolidação da cidadania dos sujeitos sociais, além disso, deve se nortear pelos demais instrumentos legais construídos e em construção pela categoria, bem como se munir de todo arcabouço da legislação brasileira com vistas à garantia e legitimação da defesa da cidadania, da democracia, reforçando a liberdade como valor ético central e o posicionamento em defesa da equidade e justiça social.

Com essa perspectiva, deve-se fazer um esforço teórico e refletir sobre a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas¹³ do

¹³ Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. **Condições subjetivas** são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-

exercício profissional, isto é, considerar a instrumentalidade, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constituindo-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. Conforme Guerra,

Por isso, insistimos, a análise da instrumentalidade, enquanto categoria constitutiva do Serviço Social, a partir da qual a profissão é requisitada e reconhecida socialmente e pela qual se materializa, adquire existência concreta, remetida às leis causais-universais das sociedades capitalistas e às particularidades dos diferentes estágios e determinações do capitalismo monopolista brasileiro, dos projetos que se confrontam em momentos históricos determinados, do nível em que se encontram as forças internas a profissão, possibilita-nos uma compreensão mais aproximada do significado, conteúdo e direção da prática profissional do assistente social, compreensão esta de caráter preliminar, relativo, porém inclusivo. (GUERRA, 1999, p.201)

Entender a instrumentalidade como uma expressão indissociável das três dimensões da profissão, e em um sentido amplo, não é uma tarefa fácil, uma vez que foi identificado na pesquisa que a instrumentalidade ainda é entendida como meros instrumentos para a realização dos objetivos profissionais, pois de acordo com a entrevistada 1,

A instrumentalidade ela faz parte não apenas, é.. o assistente social, por ter o seu projeto ético político, mas eu acho que ela faz parte, é.. de qualquer profissional, certo, nós temos instrumentais específicos para nossa área, que aí a gente tem que buscar utilizá-los.

De acordo com esta fala, fica visível o quanto a instrumentalidade ainda é vista como uma mera dimensão instrumental, a qual você possui instrumentos para se chegar a fins profissionais, um processo bem mecânico, que não dá um conteúdo rico aos instrumentos. Por sua vez, o profissional que entende a instrumentalidade com este olhar, provavelmente ele não virá a intervir com

metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras.

qualidade, tendo em vista que todo o acúmulo teórico, ético e metodológico é que vai na verdade direcionar a conduta do assistente social perante os instrumentos. Acredito que o profissional que erra na análise, ele errará na intervenção, então os instrumentos são dotados de percepções dos profissionais, o nosso conhecimento adquirido dará o real sentido a esses instrumentais, seja ele equivocado ou libertário.

Diante deste debate sobre a instrumentalidade, destaco uma categoria importante nesta discussão e nesse cotidiano do Serviço Social, à mediação, a qual só tem sentido na perspectiva da superação e ou transformação de objetos centrais para a lógica dialética, uma vez que de acordo com Pontes (2010), os elementos que constituem a mediação: movimento, contradição e superação não buscam equilíbrio entre as forças, mas uma relação de negação, um enfrentamento ao estabelecido como “verdade”, ou seja, o imediatismo. Superar o imediato é uma ação da mediação, que é uma ação qualitativa, dentro de uma contradição. A contradição por sua vez, compreende uma relação com o todo, portanto a superação reflete a negação com todo o resto o que só é possível acontecer pela mediação que penetra no cerne da questão social e não nas aparências.

Sendo assim, do ponto de vista do trabalho profissional, é verídico afirmar a mediação é a categoria que dá direção e qualidade à prática, baseada no método dialético marxista, resultado de um processo dinâmico e ativo desenvolvido pela interação entre as pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, instituições, enfim uma rede de associações em que o usuário é tido como sujeito engajado na construção de sua própria história. Então, a função do Assistente Social é intervir facilitando e mediando essa construção, buscando as variadas alternativas e possibilidades para viabilizar o direito do usuário.

Na verdade, é válido pensar na categoria mediação principalmente no intuito de reorganizar a intervenção profissional à luz do projeto ético-político da profissão de Assistente Social, na perspectiva de direção e compromisso da instituição com o processo de transformação da realidade concreta dos usuários, que se apresenta como espaço contraditório e complexo.

Por sua vez, a mediação, portanto, tem a perspectiva de organizar a metodologia de intervenção, comprometida com usuários despojados de seus direitos, constituindo-se em categoria central da prática pelas potencialidades que apresenta, propiciando ao Assistente Social interagir com os mesmos no enfrentamento das demandas apresentadas.

Conforme Pontes (2010), as mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou. Dessa maneira, a mediação é uma categoria fundante do ser social, isto é, um componente estrutural a ele, uma vez que um é inerente ao outro.

Assim, pode-se inferir que a categoria de mediação é ontológica e reflexiva, tendo em vista que ela é fundante do ser social e está presente em qualquer realidade independente do sujeito e reflexiva pelo fato dela provocar uma reflexão dialética da realidade, já que o profissional irá fazer uma análise prezando a totalidade como constitutiva do real, em busca da essência dos fatos para fazer uma intervenção de qualidade, afinal o conhecimento se dá através de aproximações sucessivas da realidade.

Entretanto, mesmo com a existência de novos debates no Serviço Social sobre a mediação, ainda existem profissionais que acreditam nesta como um apaziguamento de conflitos, ou seja, a figura do profissional sensível, calmo, que sabe ouvir e irá mediar os transtornos das demandas ora do capital ora do trabalho.

Por sua vez, foi identificado na pesquisa, que a maioria das entrevistadas confundem o que de fato é a mediação no exercício profissional, pensam na figura do assistente social como um mediador de conflitos, de apaziguar briga de alunos, pois conforme a entrevistada 3,

Eu não vejo a gente mediando, mediar um conflito quando chega uma situação, ok, mas no sentido mais amplo, né, eu acho que a gente não tem realmente, não executa, a gente não consegue fazer.

Contudo, há profissionais que possuem um melhor entendimento do que seria essa categoria, e situa o surgimento da mediação através da aproximação

do Serviço Social com o marxismo a entendendo como uma categoria intrínseca ao método dialético, Pois a entrevistada 2 aponta que,

Bem, existe interesses conflitantes entre a relação capital x trabalho, e no nosso fazer profissional, porém devemos articular sempre a competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para interpretar melhor a realidade, para assim poder intervir com qualidade. o assistente social deve fugir do senso comum, sair da aparência e buscar a essência do real. a mediação é uma categoria analítica do pensamento dialético, então é bem verdade que a teoria e prática se torna uma unidade, elas não se separam, o acúmulo de conhecimento proporciona uma prática eficaz. então, vejo que o imediato é a demanda que chega daquele estudante, mas como podemos entender a real necessidade dele? devemos sempre associar com a perspectiva do direito. a mediação fica no meio do imediato e do mediato e como desvendar essa relação. é sair do assistencialismo, do achismo e procurar fazer uma análise de totalidade, entendendo a sociedade capitalista e os seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

Sendo assim, o que fica claro através desta fala é que os profissionais estão precisando ter um contato maior com os debates da academia para melhor analisar o que é a mediação no Serviço Social e qual a sua importância no cotidiano profissional, pois foi identificado diversas distorções do que seria o mediar no seu exercício.

Mas, diante desse debate surgem umas perguntas que inquietam: porque os assistentes sociais ainda tem essa visão conservadora? Será por causa do cotidiano contraditório? Falta um ensino permanente para os assistentes sociais? Ou são resquícios dos primórdios da profissão?

Bem, acredito que todas as concepções enviesadas sobre a mediação, acontecem, por um lado, devido a ligação ainda existente com as raízes da profissão, a qual o assistente social institui-se como uma prática profissional de controle social e de regulação, onde, de fato, o profissional possuía uma ação extremamente conservadora, fiscalizatória e moralizante do sujeito. Então, essas origens ainda são bem fortes na atuação dos profissionais de hoje, mesmo havendo toda uma intenção da categoria de se romper com as práticas conservadoras e de se avançar intelectualmente, ainda existem diversos perfis de profissionais.

Por outro lado, também acredito que a educação permanente é essencial para uma boa prática profissional, uma vez que conforme a política de educação

permanente do conjunto CFESS-CRESS (2012, p.10), “A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Pois no contexto atual, a dinâmica e complexa realidade em transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas”.

E sem sombra de dúvidas, como podemos ter um bom profissional, questionador, que tensiona essa sociabilidade cruel e contraditória dentro das instituições se esse não procurar estar em constante atualização dos debates que perpassam não só o Serviço Social, mas a conjuntura brasileira. Não tem como fazer uma boa intervenção sem conhecer, afinal, a construção do conhecimento se dá através de muitas aproximações com a realidade social.

Assim, pode-se afirmar o quão é preocupante esta apreensão genérica do que, de fato, é a mediação, onde se é colocado o assistente social como um profissional que ameniza possíveis atritos entre alunos na instituição e essa categoria não é vista como importante para a prática, pois não assume a relação dialética e processual que existe. O que se é percebido é um cotidiano perverso e que na verdade põe ao profissional respostas imediatas, despidas de mediações, uma vez que o assistente social não adentra a realidade do seu usuário e reproduz ações focalistas e superficiais.

Além disso, nesse contexto existem dois tipos de demandas para o Serviço Social no que tange o processo de mediação, bem como, a demanda institucional e a profissional. A primeira se coloca diante do profissional como simples atividade, sem espaço para mediações, cujos objetivos e metas é desenvolver intervenções que não extrapolem o pré-estabelecido. O que é permitido é a setorização das necessidades dos usuários, a inserção social é a reiterada pelos programas normatizados, conformados a imediatividade, com respostas paliativas, organizadas com “um fim em si mesmo”.

Então, apreender a dialética, ou seja, priorizar as demandas profissionais, é buscar no interior das demandas significa reconstruir a rede do espaço institucional e identificar aí o problema social, contextualizando-o para poder intervir, mediatizando, já que a instituição se apresenta ao profissional como campo de intervenções já prontas, onde a ordem social não pode ser alterada e as políticas sociais são oferecimentos, concessões e não direitos ou conquistas

dos usuários. É um espaço permeado de complexidades, tenso, contraditório, organizado em função do sistema capitalista. Portanto, cabe ao Assistente Social fazer mediações no seu trabalho profissional para romper com essa realidade, transformando o campo de intervenções pré-estabelecido em campo de mediações, que se apresenta como o grande desafio da profissão.

O campo de intervenções institucionais se apresenta como despido de mediações, com práticas imediatizadas, onde profissionais e usuários estão submetidos a uma só dimensão de prática, a institucionalizada. Sendo assim, a categoria mediação permite ao profissional de Serviço Social repelir esta prática revendo os procedimentos institucionais e superando as limitações dos equipamentos teórico-metodológicos da sua prática.

Portanto, é visível que o assistente social é dotado de capacidade teleológica, onde este tem autonomia para exercer livremente a profissão e atuar dentro dos parâmetros do projeto ético-político profissional, prevendo as suas ações e os possíveis resultados esperados naquela realidade onde irá intervir.

Já no que diz respeito aos desafios ético-políticos que o profissional enfrenta cotidianamente, sabe-se o quão é difícil para o Assistente Social desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Dessa forma, o assistente social é um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão é muito importante para se

evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à otimização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional.

O profissional do Serviço Social é um trabalhador assalariado e portador de um projeto profissional enraizado no processo histórico. Neste sentido, é sob a forma incessante da produção de lucros e acúmulo do capital que se desenvolve o cenário de crise. Devido a esse cenário de crises é cada vez mais comum esse crescente desmonte de direitos das práticas neoliberalistas já que a luta dos trabalhadores são desqualificadas e os direitos conquistados são tidos como favor.

É a radicalização liberal em termos de mundialização do capital em que o mercado é tido como órgão regulador e que também o individualismo, a competição e a desarticulação da classe trabalhadora. Dessa forma intensifica a mercantilização das necessidades sociais e com isso favorecendo a realização do capital. É nesse terreno de tensões provocadas pela luta de classe que eram convertidas em questão social ganhando um caráter emergencialmente político, essencialmente econômico e histórico cujas medidas expressam um projeto para a sociedade.

É nesse sentido que Yamamoto (2000) aponta que o fio contraditório da profissão do Serviço social contém elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abriga o profissional.

Em suma, o Serviço Social passou por diversos momentos de amadurecimento do seu exercício profissional ao longo da sua trajetória e por isso, a importância dos profissionais estarem a todo instante praticando a auto-formação permanente e possuindo um caráter investigativo para sempre atualizar suas dimensões teórico-metodológicas e prático-interventivas, para

assim conseguir atuar com excelência em uma realidade posta no seu cotidiano profissional.

2.2 AS INFLUÊNCIAS E OS REBATIMENTOS DAS RACIONALIDADES (ABSTRATA E DIALÉTICA) NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.

É de fundamental importância resgatar o significado concreto da instrumentalidade, como uma categoria ontológico-social¹⁴, entendendo-a em um sentido amplo, para apreender os fundamentos da instrumentalidade do Serviço Social e as suas racionalidades, uma vez que estas são formas de ser e pensar da profissão, nas relações e processos sociais. Com isso, nesta sessão irei debater sobre as racionalidades, quais são e como elas impactam no exercício profissional do assistente social, isto é, como elas irão trazer um direcionamento no exercer do profissional, seja conservador ou crítico. Além disso, explicito os níveis de expressão da realidade, do particular ao universal e como o assistente social deve prezar pela indissociabilidade da teoria e da prática para uma intervenção qualificada.

Desse modo, pensar na categoria racionalidade e suas determinações lógicas e ontológicas é essencial para se entender a trajetória da instrumentalidade no Serviço Social e identificar que a razão incorpora tanto elementos do senso comum, arraigados de imediatismo, como também aqueles que são frutos de intelecto crítico e que luta para tensionar a aparência da realidade. Segundo Guerra,

A racionalidade enquanto uma propriedade da razão, vincula-se às formas de concebê-las ; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinação, que é expressão da própria realidade. A racionalidade dada pela razão dialética é a síntese de processos ativos e intelectivos e torna-se um adjetivo da razão que desaliena, desmitifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental (GUERRA, 1999, p. 44).

¹⁴ Entender a instrumentalidade como uma categoria que está intrinsecamente ligada as origens do trabalho a medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades.

A razão é uma condição ou momento que busca compreender a realidade na sua complexidade e acompanha todo o seu movimento, afinal o real está em constante mudança, ele é dinâmico, por isso a importância de se aproximar cada vez mais para se chegar ao conhecimento e desvelar a realidade de uma forma macroscópica, sempre considerando a singularidade, particularidade e a universalidade dos processos sociais. Para superar o mundo superficial, o da aparência, somente a razão, com sua capacidade de negatividade¹⁵ para destruir a imediatividade.

Por isso, é válido entendermos que a razão vai tensionar o dado, o senso comum, a moralização do sujeito, buscando os fundamentos da realidade, a essência, embora esta seja construída a partir da aparência, do imediato para assim chegar a uma análise crítica, por isso Pontes (2010, p.82) afirma que,

A razão não se contenta com a identidade e a diversidade abstratas próprias da positividade do real. Busca as mediações submersas no plano fenomênico. Para superar o mundo da aparência necessário se faz negá-lo, daí a necessidade do caráter negativo da razão. O intelecto é incapaz de apanhar as mediações que estão postas no real, justamente porque se detém na positividade¹⁶ dos fenômenos (PONTES, 2010, p.82).

No plano da singularidade se dá a prática profissional, e conseqüentemente onde está os usuários do Serviço Social e suas expressões, isto é, na singularidade existe o campo das questões isoladas, do aparente, do fragmentado, do pontual, onde se encontra as demandas institucionais, a culpabilização do sujeito, pois nesse campo não há transformação. Assim, Pontes afirma que,

O plano da singularidade é a expressão dos objetos “em si”, ou seja, é o nível da existência imediata em que se vão apresentar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas, rotineiras, casuais. Na singularidade,

¹⁵Negatividade é a negação do dado, da superficialidade do real. Só a negatividade é capaz de destruir a imediatividade. Além disso, Pontes (1995) coloca que é de suma importância lembrar que a compreensão dialética da realidade, pressupõe a perspectiva de totalidade; uma totalidade complexa constituída de outros complexos, atravessa por essa negatividade, a qual tensiona relações entre seus elementos constitutivos.

¹⁶ Positividade é a aparência dos fatos, uma análise estéril do real, ou seja, ela é uma reprodução do senso comum. Assim, conforme Pontes (1995), a positividade está localizada no plano da imediatividade em que opera privilegiadamente o nível do intelecto, a partes (complexos) aparecem invariavelmente como identidades-consigo-mesmo, isto é, despidas de mediações, portanto desistoricizadas ou como diversidades abstratas, mutuamente excludentes, segmentos estanques do real.

as mediações, as determinações, enfim, a própria legalidade social estão inteiramente ocultas. Numa palavra, esse é o plano da imediaticidade (PONTES, 2010,p.85).

Já no plano da particularidade, é onde está a condição do sujeito, ou seja, é o espaço reflexivo ontológico onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza, conforme, Pontes (2010), neste espaço existe uma síntese de determinações, que a razão cognoscente¹⁷, tendo negado e superado a imediaticidade vai projetar o concreto pensado¹⁸.

E por fim, a universalidade, isto é, a totalidade é a compreensão dialética da realidade, é justamente buscar os fundamentos dos processos, apreender este complexo de forma macroscópica, entendendo aspectos endógenos e exógenos a profissão, bem como elementos estruturais e conjunturais.

O que fica claro é a grande importância de se ter propriedade da teoria, isto é, a apreensão intelectual da realidade, pois o profissional com uma boa formação ética, política e intelectual poderá em seu exercício profissional desempenhar uma prática emancipatória e qualificada, tensionando qualquer tipo de imposição feita ao profissional. O profissional torna-se crítico e questionador diante as condições que lhe são colocadas.

Além disso, deve ser lembrado que a teoria é primordial para a prática profissional, elas não se dissociam, uma vez que a teoria nos fornece a compreensão da sociedade na qual se inserem nossos objetos de intervenção, e sobre em que e como intervir. Por isso, Guerra (2005, p.11) aponta que “teoria e prática como polos opostos se confrontam a todo momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a pontos de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória”.

A teoria se materializa na prática e esta por sua vez nos apresenta uma série de surpresas que nos dão a oportunidade de refletir, de investigar e buscar

¹⁷ O cognoscente tem autonomia no processo de construção de seu conhecimento, ou seja, é participante deste processo.

¹⁸ O concreto pensado ocorre quando a razão teórica reproduz no plano do pensamento, o concreto à partir da apreensão das mediações postas na realidade.

outros conhecimentos, é a partir dessa dinâmica que deve ocorrer a abstração para que a partir daí surjam novas teorias. Sendo assim, Iamamoto reforça que,

Para se chegar à realidade e nela intervir é preciso percorrer um árduo caminho que só é possível por meio da apropriação de um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico interventivo. Uma vez que “As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automatizadamente transformadas em alternativas profissionais” (IAMAMOTO, 2000, p. 21).

Um profissional que está em constante atualização do conhecimento, que tem aproximação com a academia, com os eventos do Serviço Social, com o Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), Diretrizes Curriculares da Agência Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aportes legais da profissão, bem como o código de ética, lei de regulamentação da profissão, sem sombra de dúvidas são profissionais mais qualificados e que procuram sempre está atento a todo o debate que perpassa o Serviço Social, porém, o que ficou claro nas entrevistas da pesquisa, é que as profissionais não estão participando, produzindo conhecimento e estão fechadas nos muros internos da instituição, conforme a entrevistada 2,

Só não participo mais por questões pessoais, mas participo de eventos da assistência estudantil (ENAE), participei do ENPESS 2014, acredito que estou próxima da academia por supervisionar estágios e trocar experiência com minhas estagiárias. Não participo de movimento social, sou a favor, porém não participo por falta de tempo e engajamento.

De acordo com esta fala foi percebido a falha que existe não só na formação profissional, na qual muitas vezes deixa muitas lacunas no ensino superior, precisando por vezes de uma análise mais contundente por parte da categoria dos docentes em avaliar a grade curricular do curso de Serviço Social e a procura por melhores debates nas disciplinas, mas também a educação permanente que não está sendo colocada como prioridade na prática profissional, então, são muitos aspectos que devemos analisar, pois na verdade, foi constatado através da pesquisa que muitas profissionais se fecham para uma discussão unilateral, uma vez que buscam se apropriar apenas nos debates da sua área de inserção, o que é um grande equívoco, pois uma demanda que

surge vai impulsionando outras, então é de extrema importância o conhecimento da rede sócio-assistencial como um todo, o assistente social precisa entender toda a dinâmica social.

A educação permanente e a aproximação com a academia não se dá apenas com a supervisão de estágio e com participações em eventos voltados para sua área de atuação, vai para além disso, sem dúvida é muito importante o assistente social se apropriar do que está sendo debatido no seu âmbito de inserção, porém, reforço, o profissional deve ter uma discussão ampliada de toda a conjuntura social, para intervir com mais segurança e qualidade.

Além do mais, é muito válido e primordial o profissional está produzindo conhecimento, socializando as suas experiências nos locais de debate da profissão para assim toda a categoria poder ter uma aproximação e um entendimento de outras áreas, como também é fundamental a inserção dos profissionais na pós-graduação, vivenciando os debates que vão se sucedendo no campo do Serviço Social para o profissional não ficar estático no tempo com concepções ultrapassadas e conservadoras.

É incontestável afirmar que no cotidiano estão as múltiplas atividades que o assistente social irá desenvolver e nele existe um complexo de contradições. Dessa forma, pode-se constatar que ele é ineliminável e insuprimível, já que nele existe múltiplas dimensões da questão social que já estão postas e não tem como alterar esse contexto. Com isso, as características desse cotidiano como a heterogeneidade, o pragmatismo, individualismo, espontaneidade, imediatismo, superficialidade que irão influenciar diretamente, o exercer profissional do assistente social, uma vez que este profissional está imerso nesta lógica capitalista e perversa, a qual a instrumentalidade é transformada na chamada instrumentalização das pessoas¹⁹.

Assim, Guerra coloca, o quão é importante entender esse cotidiano como um espaço de contradições e propício para ações instrumentais²⁰ e despidas de mediações, já que,

¹⁹ A instrumentalização das pessoas é o processo pelo qual a ordem do capital transforma os homens em objetos, coisas, isto é, instrumentos para a acumulação da mais-valia.

²⁰ Ações instrumentais são aquelas que prezam pela fragmentação e superficialidade no exercício profissional.

No cotidiano, como o espaço da instrumentalidade, imperam demandas de natureza instrumental. Neste, a relação meios e fins rompe-se e o que importa é que os indivíduos acionem os elementos necessários para alcançarem seus fins. (GUERRA, 2007, p.12).

Então, este cotidiano se torna importante, pois ele irá refletir em uma atuação conservadora, desconectada dos fundamentos ou crítica e reflexiva, prezando pela articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para responder as demandas que chegam.

Desta maneira, a dimensão ético-política está associada aos princípios e valores humano-genéricos²¹ que o profissional irá defender no seu exercício profissional, para almejar os seus objetivos profissionais; a dimensão teórico-metodológica é a capacidade de apreensão do método e das teorias, isto é, todo o acúmulo de conhecimento para intervir na realidade e por fim a técnico-operativa que é a capacidade de articular meios para alcançar seu fins, ou seja, todo o seu instrumental será utilizado com base em um direcionamento e princípios, uma vez que esta dimensão não se resume aos meros instrumentais do Serviço Social, mas sim do acúmulo de conhecimento que o profissional adquire à cerca dos aportes legais e tudo que perpassa a profissão para poder manusear os instrumentais de uma forma crítica e comprometida.

No cotidiano, podemos nos deixar contaminar pelas aparências e imediatidades, por análises pobres, fragmentadas, culpabilizadoras dos sujeitos, pelo fato deste dia-a-dia ser dotado de regras, normas, decisões e que o assistente social acaba por ter que responder as demandas de forma ágil. Dificilmente, se tem um planejamento cauteloso e um resultado mediato para as ações do Serviço Social. Sendo assim, na pesquisa feita, foi identificado claramente como este cotidiano é comprometedor, através da fala da entrevistada 3,

O cotidiano de trabalho aqui tá bem apertado, mas tá para todo mundo, né? Porque a instituição tá passando por muitos problemas, esses órgãos de auditoria, muita burocracia e agente tá tendo que responder muita coisa, então, assim, eu acho que o próprio cotidiano da do serviço social mesmo está um pouco atordoado, entendeu? Porque tem tantas coisas assim chegando que são coisas, assim paralelas,

²¹ Os valores humano-genéricos são aqueles que estão atrelados a trajetória do homem como sujeito social, como participante da história.

que eu não acho que não seja importante, mas acredito que tudo excessivamente em algum momento causa um certo prejuízo, né?

Diante desta fala, o que se observa é a insatisfação do profissional com essa sobrecarga de trabalho, com demandas que chegam e que não são atribuições do Serviço Social e isso por muitas vezes implica na forma de responder as demandas. Como foi debatido na sessão anterior, existem as demandas profissionais e institucionais, então cabe ao assistente social saber se posicionar diante das imposições que a instituição coloca.

É bem notável que o assistente social ganha reconhecimento e legitimidade através da sua ação rápida e eficaz, ou seja, este profissional começa a ser reconhecido no seu local de trabalho pela forma quantitativa do seu exercício, e não pelo qualitativo, por uma prática substantiva e emancipatória. Assim, o que é dado ênfase é a parte técnico- instrumental do Serviço Social, já que através da dimensão operativa, o profissional irá responder imediatamente as necessidades que chegam através das demandas.

Para a instituição, é bem mais viável um profissional acrítico e que mantém lógica institucional sem questionar e tensionar conflitos, isto é, um profissional que aceita uma condição de subsunção²². É preocupante ver, que mesmo depois de tantos debates e a "ruptura com o conservadorismo" na categoria de assistentes sociais, ainda se encontra no mercado de trabalho, profissionais que se rendem ao poder institucional. Ficou visível isto, nesta fala da entrevista 3.

Eu não acredito que a gente esta acima do bem e do mal, eu sempre olho pra quem tem poder, não com medo, mas sempre com muito respeito, pra mim eu não tenho medo de quem tem poder não, não precisa ter medo, mas agente precisa respeitar, saber que a gente esta sujeito a alguns limites, e logico que ter poder não significa dizer que você pode fazer tudo, mas você tem condições de tomar decisões que podem afetar de forma drástica a vida ou profissão de algumas pessoas, eu sempre olho com as pessoas que tem poder com respeito, independente de concordar ou não concordar com as atitudes, de gostar ou não gostar, mas eu sempre olho com muito respeito, porque eu sei que são pessoas que podem tomar ações que de alguma forma venham a me trazer prejuízo, então tem que ter cuidado, cautela.

²² A subsunção do trabalho ao capital marca a consolidação do modo de produção capitalista, em que o trabalho é apropriado como meio de valorização e autovalorização do capital, com a extração de mais-valia. Entretanto, o assistente social deve tensionar esta subsunção e não se render aos limites que esta sociabilidade impõe.

Dessa forma, estabelecendo um diálogo com esta fala da entrevistada 3, podemos afirmar que independente do assistente social possuir uma relativa autonomia profissional, ele deve conter uma direção social no seu exercício profissional e um posicionamento firmado, afinal, não pode se fazer Serviço Social como queremos e sim como foi construído por toda a categoria através de muitos debates. Nós temos aportes legais que irão subsidiar a nossa prática, então mesmo que os profissionais não concordem com certos princípios e normas estabelecidos, existe um consenso na categoria sobre determinadas condutas. Não devemos ter medo de atuar sempre na luta por viabilizar direitos aos sujeitos sociais, por receio de normas estabelecidas pela instituição, não podemos compactuar com essa lógica perversa de política pobre para pobre, que destitui o sujeito de garantir a sua subsistência.

É bem verdade que a autonomia do profissional não é dada e sim construída ao longo do seu exercício, uma vez que através do seu direcionamento e conduta diante o cenário que está inserido é que mostrará o perfil de cada profissional, podendo este, atuar em perspectiva crítico-dialética, a qual acredita e defende pela essência dos fatos, análise macroscópica da realidade, isto é, ir para além do senso comum, ultrapassar a atuação esvaziada de conteúdo, a qual o profissional torna-se um mero executor terminal de políticas sociais.

Além disso, podemos observar que lamamoto (2008) faz menção a relativa autonomia que o Serviço Social possui, pois o assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada, mas esse trabalho só se transforma em atividade quando aliado aos meios necessários à sua realização; a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho vai depender das políticas definidas pelos organismos empregadores, no entanto lamamoto mostra a importância do respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão, mostrado no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

Durante as entrevistas da pesquisa, foi constatado por unanimidade que o assistente social é reconhecido na instituição, já conquistou vários espaços, o

aumento de assistentes sociais e dentre outros, porém, o que preocupa é como a gestão vê este profissional, será que todos sabem qual o real sentido da profissão? A entrevistada 5 coloca que,

Bem, aí perpassa também, por uma questão do que o assistente social é diante dos gestores maiores né. Que papel esse profissional tem diante dessa gestão maior, aí vai puxar uma outra coisa, qual é a ideia que ele tem do nosso serviço? Ainda é muito forte aquela figura do profissional caridoso num é ainda é muito forte isso. E devido a isso muita atribuição são colocadas pra gente e que não são necessariamente nossas.

De acordo com esta fala, fica notável que o assistente social luta para desconstruir uma visão totalmente equivocada que a sociedade tem do profissional, um estigma deste como uma mulher boazinha, simpática e que gosta de fazer caridade aos pobres, então temos também uma análise extremamente machista quando muitos colocam que a profissão só combina com mulheres. Então, são resquícios da nossa composição sócio-histórica, a qual reforça esse tipo de análise, já que o ideal machista divide o mundo em "o que é feminino" e "o que é masculino", como profissões, trejeitos, expressões, manifestações, comportamentos, emoções.

Com isso, é inegável que o Serviço Social possui uma utilidade social, atuando nas refrações da questão social, atendendo ora demandas do capital, ora do trabalho. Porém, é necessário que se entenda e reflita sobre o significado social e histórico desta profissão, uma vez que existem muitos equívocos e estereótipos a cerca do Serviço Social.

Outro ponto fundamental para o debate sobre a instrumentalidade é analisar como as condições de trabalho estão sendo pensadas e encaradas pelos assistentes sociais e como criar possibilidade para superar o pragmatismo institucional, sendo assim, foi identificado que as assistentes sociais pensam a condição de trabalho de forma muito pontual, isto é, em termos de infra-estrutura do local de trabalho. Segundo a entrevistada 2

Com relação a outros locais, vejo que no IFRN nós temos condições melhores, temos uma boa infra-estrutura, material disponível, computador, internet, uma sala para atender os alunos de forma individualizada. Porém, é válido ressaltar que houve a duplicação do número de assistentes sociais, como da mesma forma aumentou-se as demandas, o trabalho não diminuiu, trabalhamos muito voltadas para os programas da assistência estudantil, fazendo seleções

ininterruptas, e não temos tempo para fazer ações sócio-educativas, não temos tempo disponível para pesquisar mais.

Conforme, esta fala sinaliza a entrevistada entende as condições de trabalho como apenas a parte física da instituição, ter um bom computador, uma sala, ar condicionado, entretanto, as condições vão para além disso, se faz necessário compreender a hierarquia institucional, o assédio moral, as demandas que vem de forma equivocada para o Serviço Social, então a análise que deve ser feita dessas condições do trabalho profissional deve ser em um âmbito de totalidade.

A instrumentalidade do Serviço Social pode ser dotada de racionalidade fomal-abstrata, ou racionalidade crítico dialética, assim a primeira pode prever o curso dos acontecimentos como resultante de leis objetivas, que exercem autonomia sobre a vontade dos sujeitos, cuja ação restringe-se a observar e experimentar os efeitos produzidos pelas leis causais da realidade, isto é, baseia-se em modelos explicativos da sociedade, presentes na tradição positivista que abstraem dos fatos seu caráter ontológico, imputando na realidade uma lógica que lhe é externa. Ao tomar os processos sociais como 'coisas' exteriores, superiores e anteriores aos indivíduos, nega-lhes qualquer possibilidade teleológica.

Essa lógica é estritamente funcional ao capitalismo e às políticas sociais, na verdade se apresentam como resposta à "questão social" a partir da via de procedimentos formais-burocráticos, sem considerar os aspectos econômicos, sociais, políticos que estão presentes na realidade. Logo, essa forma de se entender e explicar a realidade acabam por produzir uma busca por instrumentos e impede a visão de totalidade nos processos sociais. Aqui, a aparência e essência se tornam a mesma coisa, não existe a percepção de totalidade e os fundamentos ontológicos dos processos sociais. Por isso, Guerra afirma que,

Esta racionalidade que subjaz ao pensamento conservador do status quo, opera com dois movimentos: deseconomiza os processos sociais, retira deles as bases que os sustentam, seus fundamentos materiais e concretos e os desistoriciza, retirando-os da história (GUERRA, 1995, pág.3).

Já a segunda, a racionalidade crítico-dialética, busca transcender o aspecto aparente dos fatos, com o intuito de encontrar os fundamentos ontológicos da totalidade social, entendendo esta como constitutiva do real. Dessa forma, esta racionalidade preza pelo movimento do real para conseguir fazer uma análise macroscópica da realidade social e ultrapassar análises epidérmicas e esvaziadas de conteúdo.

Em contrapartida, o que deve está claro, é que essas racionalidades vão influenciar diretamente o exercício profissional do assistente social, e estas foram se modificando ao longo da trajetória, uma vez que a racionalidade é o direcionamento dado por cada profissional, no início da profissão tivemos uma racionalidade completamente conservadora, voltada para os princípios da igreja. Dessa maneira, o Serviço Social teve influência do neotomismo, positivismo, a fenomenologia, ou seja, teorias enviesadas e despidas de criticidade.

O Serviço Social ao se inserir no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva e institucionalizada para responder às diversas expressões da chamada "questão social", cujos fundamentos, encobertos pela própria imediaticidade da realidade, encontram-se na economia e na política, tem sua natureza interventiva reconhecida e sancionada. Seu estatuto interventivo lhe confere um âmbito de intervenção condicionado pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social, que na aparência dá-se de maneira direta e imediata, mas é mediatizado pelas políticas sociais. Estas conferem à profissão configuração e contornos definidos, instituem mediações e sistemas de mediações que estabelecem um tipo determinado de intervenção na chamada "questão social".

É neste quadro que o pragmatismo, como representação ideal da imediaticidade do mundo burguês, encontra o solo mais adequado para influenciar a profissão dos pontos de vista prático e profissional, teórico e ideopolítico. Porque considera que o significado das coisas, dos processos e das práticas sociais, reside neles próprios e rebate sobremaneira nas intervenções sociais e profissionais, afetando não apenas as profissões e os assistentes

sociais, mas os sujeitos sociais do mundo burguês e as profissões interventivas como um todo.

Então, na racionalidade do capital, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação as exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas.

O assistente social está subordinado a essa lógica do capital, já que é um profissional assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Assim, é bem verdade que o assistente social sofre com a precarização do trabalho, exigências institucionais, polivalência, sucateamento das políticas sociais, corte dos recursos, pois esses determinantes, ou seja, as condições irão influenciar nesse trabalho. De acordo com Predes,

O racionalismo próprio à hegemonia burguesa, de cunho formal e abstrato, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, instituições e organizações sociais, funcionando como mecanismo de produção e reprodução ideológica. As necessidades de legitimação da ordem burguesa levam à persistência de um pensamento que nega a constituição ontológica do real como totalidade, referendando uma racionalidade que não considera as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social (PRÉDES, 2001, pág.4).

Em contrapartida a essa racionalidade nós temos, a razão crítico-dialética, a qual a categoria dos assistentes sociais, hoje, acreditam e defende, por seu guiada por uma ontologia, ou seja, é uma razão pela qual se constitui na mediação necessária as intervenções profissionais que se pretendam ser qualificadas e comprometidas com um projeto de ruptura com a ordem do capital.

Assim, o assistente social deve estar aliado a classe trabalhadora, prezando pela equidade e justiça social, bem como a universalidade do acesso aos programas e serviços relacionados as políticas sociais. O assistente social deve compactuar da liberdade como valor ético central, e não praticar censura, ou uma postura fiscalizadora e de controle da sociedade, transformando a questão social em “questões sociais”.

Por sua vez, as racionalidades irão influenciar a construção dos projetos profissionais, podendo ser optado por uma racionalidade libertária ou

conservadora, a depender do sujeito coletivo da profissão. Com isso, Netto, afirma que,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, pág. 4).

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão, isto é, todo o processo foi elaborado através de incessantes debates e contribuições dos profissionais.

O projeto profissional é um projeto coletivo relacionado às profissões, que para conquistar sua hegemonia²³ é necessário que haja um corpo profissional sólido, forte e uma organização dos membros da categoria. Tem caráter de âmbito microeconômico, como por exemplo, entidades como CFESS, CRESS, ABEPSS, entre outros.

O projeto societário é considerado, também, um projeto coletivo mas, com propostas e demandas para atender uma sociedade a ser construída, com amplitude e inclusividade no âmbito macroeconômico. Possui dimensões políticas, não necessariamente partidárias, mas, estabelece uma relação de poder dentro do projeto hegemônico.

O projeto societário se relaciona com o projeto profissional, mesmo em sintonia, entra em conflito diversas vezes devido às divergências hegemônicas do projeto teleológico²⁴. Principalmente, quando o projeto profissional atende a

²³ Hegemonia é a preponderância de alguma coisa sobre outra, ou seja, o projeto profissional só ganhou força e reconhecimento depois de uma forte organização entre o sujeito coletivo da profissão.

²⁴ Teleológico, significa planejar as suas ações para almejar suas finalidades, ou seja, o homem pensa para assim transformar a natureza em objetos úteis para a sua necessidade.

classe trabalhadora, subalterna e, menos favorecida se contrapondo com as classes sociais e dominante do projeto societário do capital. Por isso Netto, aponta que,

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade (NETTO, 1999, pág. 2).

É válido ressaltar que tanto o projeto societário quanto o projeto profissional sofrem transformações sociais, renovações e mudanças socioeconômicas decorrentes do contexto histórico, cultural que se apresentam devido ao pluralismo²⁵, uma vez que a realidade não é estática e o profissional deve se adaptar as mudanças conjunturais.

Assim, foi através de um pluralismo dentro da categoria que se chegou a um consenso e a construção do atual projeto ético-político. É evidente que existem dois tipos de projetos em disputa na sociedade, o projeto que luta por uma sociedade mais justa e igualitária com princípios emancipatórios e também temos o projeto burguês, o qual busca incessantemente o acúmulo de lucro e a coisificação do homem.

Por isso, é bem verdade que essas divergências não podem ser resolvidas somente no marco do corpo profissional, seu direcionamento positivo exige a análise do movimento social e o estabelecimento de relações e alianças com outros corpos profissionais e segmentos sociais, ou seja, os usuários dos serviços profissionais, principalmente aqueles vinculados às classes que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes proprietárias e dominantes.

²⁵ Pluralismo é, num sentido amplo, o reconhecimento da diversidade. O conceito é usado, frequentemente de modos diversos, numa ampla gama de questões.

Entretanto, há que se observar que esta colisão, este enfrentamento de projetos profissionais com o projeto societário hegemônico tem limites numa sociedade capitalista, existem muitos tensionamentos, contradições e correlações de força, mas o Serviço Social possui um direcionamento e uma postura ética dominante, que é sempre lutar pela liberdade como o valor ético central.

O que fica visível é que as racionalidades irão influenciar categoricamente o direcionamento dado por cada profissional, bem como a defesa dos seus projetos e as suas respostas profissionais. Uma vez que a racionalidade é a forma de ser e pensar da profissão, então a instrumentalidade pode ser em face ao projeto burguês, a qual a profissão pode ser convertida em instrumento, em meio da manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. A instrumentalidade pode ser vista também com sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental, o qual proporciona o reconhecimento da profissão, como pode ser pensada em uma instrumentalidade emancipatória, que preza pela união das três dimensões primordiais para o exercício profissional.

Com isso, o que foi observado na pesquisa de campo é que existem diversos perfis profissionais dentro da categoria, uns são libertários e que almejam de fato se colocar frente às demandas institucionais e tensionar os mais variados assédios morais que venham para este profissional, como exemplo a fala a seguir da entrevistada 2,

Não devemos atender de forma imediata e focalista, pois isso reflete na nossa resposta profissional. Então, é de grande importância entender o real sentido da profissão e como este profissional vem atuando na instituição.

Já tem outros que ainda possuem um caráter conservador nas suas ações e preferem manter a ordem da instituição, com posturas moralizantes nas suas ações, fragmentadas, imediatistas e que não se lembram do que de fato defendemos, como foi identificado na fala da entrevistada 3,

Eu acho que no meu caso exatamente, eu nem mais me lembro direito quais são os pontos específicos do meu projeto ético-político, né, não lembro específico, se você me perguntar detalhes dele, do que ele tinha, eu lembrava disso tudo, de có e salteado, mas hoje eu não tenho mais, mas sei que a gente tá afastada disso né.

Então podemos observar que na categoria existe um arsenal de concepções divergentes, por mais que exista um determinado direcionamento que deve ser dado ao exercício profissional, existem profissionais com influências teóricas diferentes e conseqüentemente isso implicará na sua forma de encarar a realidade social. Há o projeto ético político hegemônico na profissão, contudo, ele não se torna homogêneo, por haver uma coletividade de sujeitos com racionalidades opostas.

De modo geral, é notável que a racionalidade predominante nesta sociedade é a burguesa, a qual preza pelas ações instrumentais, pragmáticas, imediatistas, que visam a eficácia e eficiência a despeito dos valores e princípios, fazendo com que o homem se torne um escravo desta lógica, vendendo sua força de trabalho para em troca receber um salário para suprir suas necessidades vitais.

Portanto, mesmo diante as racionalidades que perpassam o cotidiano profissional do Serviço Social, cabe a este não ter medo de ousar e sempre buscar um direcionamento pautado na perspectiva do direito, mesmo existindo tantos desafios no caminho.

3 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRN: ENTRE A RENOVAÇÃO E O CONSERVADORISMO

3.1 A POLITICA DE EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL E OS REBATIMENTOS PARA A EXPANSÃO DO IFRN

Nesta sessão irei debater sobre a política de educação como um direito social, resgatando o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil pós 1988, bem como o seus avanços e recuos e como esta vem sendo gerida pelo Estado. Além do mais, pontuo como se deu a expansão dos IFRN's juntamente com a

atuação do Serviço Social e o contexto do neodesenvolvimentismo que assolou no período dos anos 2000 e como este impactou as políticas sociais.

A configuração da política de educação como um direito social e sua materialização nos Institutos Federais do Rio Grande do Norte, só pode ser compreendida se pensada dentro da trajetória das políticas sociais no contexto brasileiro e as conquistas que foram alcançadas através das lutas populares no contexto de redemocratização e que repercutiram até o tempo vigente.

Dentro das perspectivas democráticas pautadas na sociedade brasileira contemporânea, a luta pela igualdade e a justiça social conformam mediações importantes em torno da promoção e garantia de direitos de cidadania. A Constituição de 1988 é um marco político normativo no corpo social, no que diz respeito a ganhos positivos no campo dos direitos sociais, tendo em vista os inúmeros movimentos populares que se levantaram na direção da sua construção. O desenho da seguridade social brasileira a partir de então passou a expressar a responsabilidade do Estado democrático frente às demandas sociais e a garantir a proteção social aos sujeitos de direito, por exemplo.

A princípio, segundo Behring (2003) vale ressaltar que embora o contexto da seguridade social brasileira pós-1988 tenha a orientação e o conteúdo que moldam o estado de bem estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que, no Brasil, a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu, objetivamente, numa universalização do acesso aos benefícios sociais.

Logo, é visível que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas associadas à Seguridade Social vêm se afirmando e expandindo consideravelmente, quer seja no âmbito da saúde, educação, previdência social ou assistência social. Tal processo produziu impactos sociais que não se limitaram à redução da pobreza, à redução da manifestação da miserabilidade populacional, mas viabilizou a ampliação e a melhoria de acesso a serviços sociais, eles perpassaram também à consolidação da cidadania, baseado em um prestígio à garantia dos direitos sociais.

Essa constituição traz como legado a conquista do grito em torno da democracia e de direitos para a sociedade civil, em meio a uma conjuntura marcada por uma triste ditadura militar, no entanto, o baque sofrido logo depois, com o neoliberalismo e os presidentes que assumiram o país nesse momento, acaba retirando a perspectiva de direitos, da nossa “constituição cidadã”, o país começa a entrar em um processo de privatização e contra-reforma, que iniciaram no início dos anos 1990 e que se mostram presentes ainda nos dias atuais.

De fato, os princípios norteadores à Seguridade Social, as políticas de saúde, educação, previdência social e assistência social devem prezar os eixos centrais da universalidade de acesso e da uniformidade do atendimento dos benefícios e serviços, tendo o acesso garantido pelo Estado e passível de demanda pelo cidadão.

Entretanto, o que se observa conforme Behring (2003) são inúmeras dificuldades perante a estabilização das fontes de financiamento das políticas e da garantia de oferta de serviços de qualidade para a população como um todo, já que vem se revelando como um problema, reforçado pela inexistência de uma base institucional que garanta a consolidação da Seguridade Social como campo próprio de ação pública, ou seja, o Estado está deixando bastante a desejar, o que mostra mais uma vez que a universalização é totalmente camuflada.

As políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal, em detrimento da perspectiva universalizante e foi nessas políticas sociais que ganharam uma conformação reducionista, com profundos limites de cobertura e abrangência. As possibilidades delas incidirem sobre as desigualdades sociais e a pobreza, negamos as teorias econômicas liberais que responsabilizam o indivíduo pela sua proteção e bem-estar, apregoando que o mesmo só adquire o seu bem-estar no mercado, atuando livremente em busca da satisfação de suas necessidades de bens e serviços.

O Estado liberal justifica suas políticas com base na igualdade de oportunidade e livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis, dentro desta perspectiva nega as políticas universais, apostando, em contrapartida, nas políticas seletivas e residuais, nesse ponto a autora se posiciona contra este tipo de política implantado, concordando com a concepção marxista que define as políticas sociais pela sua natureza contraditória, capaz de atender às demandas

do capital e do trabalho, por serem determinadas pela luta de classes e pela condição conjuntural de desenvolvimento do capitalismo.

As políticas sociais têm como uma de suas funções satisfazer a determinadas necessidades dos trabalhadores e, nessa condição, como instrumento de realização de direitos sociais, assumem relativa importância na redução das desigualdades sociais e no alargamento da cidadania. Entretanto, não são capazes de eliminar globalmente as desigualdades sociais e assegurar a realização da cidadania plena²⁶.

Diante disso, as políticas sociais perante a constituição é de fato muito correta burocraticamente falando, porém, deixa a desejar na sua efetivação perante a responsabilidade e o cumprimento dos deveres do Estado.

É nesse sentido que as políticas sociais, atualmente, se destinam a um contingente populacional significativo, sabe-se que elas são um direito de todo indivíduo, sendo que a grande massa não consegue alcançar ou usufruir desse direito em sua plenitude, a crise na saúde é patentemente profunda a educação de nosso país mesmo tendo alcançado grandes níveis de expansão, não tem alcançado patamares necessários de alcance populacional e de qualidade formativa e os interesses públicos tem se revelado extensivos à iniciativa privada, ao passo que parte expressiva dos serviços públicos é, hoje, nicho de pesada privatização nas mais diversas áreas sociais, que deveriam ser de exclusivo interesse e operacionalidade públicos. Assim, esta responsabilidade social está dividida entre o público e o privado, ou seja, nas mãos da sociedade civil, mercantilizada ou filantropizada.

As políticas sociais estatais que se propõem a enfrentar a questão social na atualidade, conforme Behring (2003) se tornam cada vez mais sucateadas e com acesso cada vez mais restrito, o que acaba por anular a sua dimensão de direito, caracterizando uma espécie de “clientelismo (pós) moderno” e reforçando o assistencialismo. A função das políticas sociais, no ideário neoliberal, é

²⁶ A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.

meramente complementar, apenas para compensar o que não pode ser acessado via mercado.

É muito distante o cumprimento dessas políticas sociais públicas em sua plenitude, pois os governos criam os programas de transferência de renda no intuito de compensar a sua desresponsabilização, além disso busca prevenir possíveis rebeliões da população. Por outro lado, esses programas não suprem todas as suas necessidades haja vista que essas famílias ainda buscam melhorias de saúde, educação, previdência social e a encontraram de modo precário e não correspondente as suas expectativas. Não é dando uma ínfima 'ajuda, concedendo um direito de maneira tão parca que o Estado mudará a vida de milhões de brasileiros, mas, tornando real aquilo que já se encontra na constituição brasileira, principalmente no que se trata sobre a seguridade social.

Em outras palavras significa que as ações desempenhadas por meio das políticas sociais, destacando aqui, os programas de transferência de renda, não estão sendo capazes de dar respostas as metamorfoses da questão social, instalando-se assim um mito em torno das políticas sociais, muito mais pela sua incapacidade de responder a tais questões do que pela sua efetividade, eficiência e impacto.

Sendo assim, é incontestável afirmar que todo este contexto de gerenciamento das políticas sociais é considerado um espaço contraditório, pois se concretizam em uma dialética entre as conquistas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo colaboram com a reprodução do capital, isto é, ora são entendidas como direito, ora como favor. Além do mais, é um campo de intervenção dos assistentes sociais, porque,

As políticas sociais, além de sua dimensão econômico-política (como mecanismo de reprodução da sua força de trabalho e como resultado das lutas de classes) constituem-se também num conjunto de procedimentos técnicos-operativos, cuja componente instrumental põe a necessidade de profissionais que atuem em dois campos distintos: o de sua formulação e o de sua implementação (GUERRA, 2007, pág.6)

Desde que questão social passou a ser vista como uma expressão das desigualdades advindas do processo de acumulação do capital, o Estado passou a intervir para apaziguar os conflitos e tensionamentos referentes as

insatisfações dos trabalhadores na politização da luta de classes. Sobre isso Guerra afirma que,

Com a complexificação da questão social e seu tratamento por parte do Estado, fragmentando-a e recortando-a em questões sociais a serem atendidas pelas políticas sociais, instituiu-se um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho para um profissional que atuasse na fase terminal da ação executiva das políticas sociais, instância em que a população vulnerabilizada recebe e requisita direta e imediatamente respostas fragmentadas através das políticas setoriais (GUERRA, 2007, pág.7).

Diante desse contexto de sucateamento das políticas sociais, é importante destacar que a política educacional brasileira sofreu ao longo dos anos grandes transformações até chegar aos dias atuais e principalmente pensar na ênfase que foi dada a esta política nos anos de 1990. Desse modo, a partir de 1930 começamos a visualizar indícios de avanços na educação brasileira, bem como quando no governo de Getúlio Vargas ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde. Porém, é somente a partir da promulgação (1961) e posteriormente com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996) e a Constituição de 1988 que podemos perceber mudanças e desenvolvimento para se chegar ao atual estágio da educação. Ou seja, são fatores que se constituem como marco legal para o início de um processo de descentralização da educação e das políticas sociais.

Sendo assim, um grande passo foi dado com a promulgação da Constituição de 1988, pois esta é clara quando afirma no Art.205 que a educação é direito de todos e responsabiliza a educação como um dever do Estado, e, portanto, cabe a este garantir qualidade na sua efetivação. E a lei de diretrizes e bases, tem como finalidade igualar o setor privado e o setor público de educação, isto é, passa a considerar o ensino privado como integrante do ensino brasileiro, apresentando princípios que deverão nortear o trabalho escolar, utilizando para isso meios e instrumentos que venham auxiliar no caminhar das atividades educativas.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE)²⁷ também vem contribuindo para nortear o destino da educação brasileira, apresentando este

²⁷ O Plano Nacional de Educação se propõe assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, este plano possui metas e

vários momentos na construção história da educação brasileira, desde a sua primeira vez em uma Constituição, em 1934. Teremos sua elaboração e aprovação nos moldes do nosso atual Plano Nacional no ano de 2001. Recentemente aprovado, o novo Plano, vigente, norteará entre 2014-2024 o trabalho de metas deverá contribuir para a garantia do acesso e da permanência nas escolas, além do enfrentamento das desigualdades educacionais no nosso país.

Sabe-se que o desenvolvimento da educação brasileira deveria ser pautado no acesso universal para todos os cidadãos, contudo, esta política enfrenta muitas barreiras no cenário atual e em meio a um governo neoliberal tem sofrido com a privatização e mercantilização da educação superior, o que tem provocado uma crescente expansão das Universidades particulares, programas de financiamento de ensino, como o Fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES) e Programa Universidade para todos (PROUNI), programas de ampliação de vagas, como o Reestruturação e expansão da Universidades Federais (REUNI) e a repercussão do ensino à distância. Dessa forma, temos constatado que a educação vem se transformando em um espaço lucrativo do capital, no qual, o real interesse na garantia da educação está nos lucros que serão recebidos.

Dessa maneira, diante do atual contexto em que constata-se uma formação profissional aligeirada, mercadológica, preocupada apenas com o capital e, portanto, muitas vezes, não se tornando bem sucedida, é apresentado como consequência um cenário de impactos negativos na atuação profissional, tendo profissionais submetidos às imposições do mercado e consequentemente com problemas no desempenho do seu exercício profissional. Logo, fica claro uma educação submetida à lógica do mercado.

Então, ressalta-se que a educação passou por diversos momentos ao longo da sua trajetória, entretanto, com o surgimento do neoliberalismo na

estas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias.

década de 1990, a política foi marcada por uma cultura de focalização e centralização das políticas sociais e o ensino superior torna-se o grande setor para aos interesses privados do capital.

Com isso, faz-se necessário fazer um resgate sobre a expansão das universidades e institutos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio da Silva, para se entender o porquê o governo de Lula adotou certas medidas para a implementação da política e teve um mandato muito aplaudido pela população.

No governo de FHC, no período de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003 todas as reformas feitas no ensino superior tinham sido feitas devido a crise na conjuntura econômica e política, o país estava com altas taxas de inflação, e presidente tinha como meta, conter os gastos públicos. Assim, os mandatos de Fernando Henrique foram marcados por momentos de medo para a população, pois houve diversos cortes nos orçamentos e principalmente houve a privatização das empresas estatais, o que gerou um grande índice de famílias desempregadas. Conforme Radaelli,

A tese é a de que o sistema de ensino superior, deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos e, portanto, novos conceitos como avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, foram introduzidos à agenda de reformas e geraram uma nova percepção das ações desenvolvidas. As universidades públicas eram consideradas pelo governo FHC como improdutivas, esta configuração foi influência direta no apontamento da necessidade de uma reforma da universidade pública. Por isso as fortes pressões para incluí-la nos acordos com organismos internacionais, justifica-se, em última instância, como medida para promover a qualificação das instituições mediante a inserção de sua produção no cenário mundial. (RADAELLI, 2013, pág.6)

Neste sentido as ações deste governo apontaram em grande medida para a consolidação do projeto neoliberal a partir da expansão da educação superior através da rede privada e a ausência de investimentos nas instituições públicas o que demonstra o grande retrocesso na política educacional brasileira, pois o ensino se tornou objeto exclusivamente para a fonte de lucro.

Com isso, a população visualizava no governo de Luís Inácio Lula da Silva uma esperança de significativas contribuições para a melhoria do nosso país.

Porém, quando Lula chega ao poder no ano de 2003 dá continuidade ao modelo neoliberal, frustrando a população brasileira.

Vale salientar que o governo de Lula foi marcado pela continuação do governo neoliberal implementado por Fernando Collor de Melo, no entanto, teve um diferencial quando propôs e executou algumas mudanças referentes à educação, como a própria expansão dos Institutos Federais.

Além do mais, é importante destacar neste cenário o debate sobre o neodesenvolvimentismo e as políticas sociais, mesmo sabendo que esta discussão ainda é bastante incipiente na categoria dos assistentes sociais, é importante destacar alguns pontos. Desse modo, de acordo com Mota (2012) nos anos 2000, os governantes ou candidatos que pleiteavam a representação dos chamados setores progressistas da sociedade chegam ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional, compreendido como um meio de autonomia dos estados nacionais.

Não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 60 do século passado, mas da defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social. Esta perspectiva vem sendo denominada de novo desenvolvimentismo e tem suas bases de fundamentação, embora sob outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940 até meados da década de 1970, do século passado, sob orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Os defensores do neodesenvolvimentismo sustentam que o consenso neoliberal e seus preceitos privatizantes de desregulamentação do trabalho, enxugamento do Estado, dentre outros, não conseguiram resolver questões centrais que afetam a humanidade, por isso surge este debate sobre um novo desenvolvimentismo.

Esse novo desenvolvimentismo nada mais é do que uma continuidade da política neoliberal, principalmente no que tange as políticas sociais, o investimento em projetos filantrópicos e assistencialistas continuam, pois sob a influencia dos organismos multilaterais, os Estados passam a adotar como

medidas de combate a pobreza, os programas de transferência de renda, esses programas ganham proporção em quase todos os países periféricos.

Analisando criticamente o debate ideológico do novo desenvolvimentismo, esses programas podem ter como lógica o aumento do consumo das mercadorias produzidas. Não é interessante para os grandes capitais ter um excedente da população pobre, que não tenha condições mínimas de consumo, mesmo que seja, para suprir suas necessidades imediatas, é nessa tática de aumentar o consumo, que esses programas são investidos, garantir a reprodução a pobreza é garantir a reprodução do sistema, se o fim das desigualdades sociais não vai acontecer com a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, pois eles controlam o desenvolvimento da sociedade em favor do capital, quem dirá que essas políticas focalizadas e assistencialistas vão acabar com a pobreza e assim promover a equidade social.

Desse modo, o que nos cabe compreender é justamente como estes governos estão criando estratégias para combater a pobreza? Será a mensuração da pobreza baseada no critério da renda? Selecionar o pobre dos mais pobres? Por isso enfatizo a importância da classe oprimida se posicionar e galgar a unificação de suas lutas, em prol da revolução, para esse sistema ser superado.

É viável destacar a figura do assistente social enquanto um gerenciador desses programas²⁸ e o quanto é necessário que este profissional saiba fazer uma análise de totalidade no momento de inserir ou não um determinado usuário, considerando que esta demanda é apenas uma parte do universal, uma expressão imediata das mais variadas faces da questão social. Infelizmente, é uma realidade os assistentes sociais priorizarem o aspecto meramente econômico nas seleções pela alta demanda para pouca oferta de vagas.

No âmbito do IFRN, os assistentes sociais também trabalham com programas na área da assistência estudantil, e se torna muito comum a alta demanda reprimida, vários estudantes esperando nas filas para se alimentar, receber fardamento, auxílio transporte, auxílio moradia, programa de iniciação

²⁸ Netto afirma que a maior conquista do movimento de Reconceituação é o fato do assistente social deixar de ser um mero executor de políticas para passar a elaborá-las.

profissional, ou seja, as necessidades são inúmeras, por isso o profissional deve está articulado com a rede sócio-assistencial para possíveis encaminhamentos e possuir um olhar investigativo para toda e qualquer demanda que lhe chega. Então, diante desta conjuntura de seletividade e cortes nas políticas sociais, as assistentes sociais se sentem coagidas a selecionaram os necessitados entre os necessitados e com isso possuem um determinado padrão para executar as seleções com os estudantes, como sinaliza a entrevistada 4,

Aqui a gente tem colocado mais ou menos um padrão, mas logicamente dentro daquele padrão de acordo com o que o usuário vai colocando pra gente, a gente também vai mudando algumas coisas, então a gente começa pela composição familiar da casa, né, com quem ele mora, que as vezes isso é muito importante, porque por exemplo, nos editais antes, me parece que esse último mudou agora, mas colocava muito a questão pela per capita, assim, né, a avaliação era em ordem da per capita né, aí agente até comentava né, as vezes faz uma conta enorme, mas aí se tem mudado esse tipo de direcionamento e aí além dessa questão da composição familiar.

Com a exposição desta fala, fica claro o difícil trabalho das assistentes sociais em ter que selecionar sujeitos com seus direitos violados e que na verdade, os que não se incluíram neste “padrão” também precisam destes auxílios, e à partir deste cenário que devemos nos indignar diante deste capitalismo avassalador, e sempre fazer a crítica, entendendo que este gera riqueza e miséria, exclui uns para conceder para outros, no entanto, sabe-se que todos deveriam ter direito ao acesso e condições dignas de permanência na escola.

Por sua vez, é muito importante o teor crítico a todo profissional, uma vez que, um assistente social dotado de conhecimento, dificilmente ele irá fazer uma intervenção equivocada e deslocada da realidade dos sujeitos, por isso, toda a carga teórica será um subsídio indispensável para por exemplo, o profissional não fazer uma seleção com base em meros fatores econômicos, pois, ele irá fazer uma análise macroscópica da demanda e chegará a conclusão que são muitos determinantes que impactam a vida do ser humano, a renda é apenas uma parte da totalidade. Não se concede um benefício ou auxílio de qualquer natureza sem antes fazer um estudo aprofundado da realidade social, já que estamos lidando com aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos,

culturais dos usuários e uma decisão equivocada poderá mudar totalmente a vida do sujeito.

Levando em consideração a desigualdade histórica que assombra o nosso país foram realizados “investimentos” na área de educação profissional e tecnológica, buscando minimizar os efeitos das desigualdades mediante a proposta de uma inclusão social, daí se dá o surgimento dos programas de financiamento, o ensino à distância, a expansão da rede federal de educação com a criação dos Institutos Federais, em especial com expansão para o interior.

No tocante aos programas de financiamento do ensino superior, nós temos o Fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES), o qual é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Este fundo foi criado no governo de FHC no ano de 1999 e Lula deu continuidade nos seus mandatos.

Outra medida no âmbito da política de educação no governo de Lula, foi a criação do programa de expansão e reestruturação das universidades federais (REUNI), o qual teve como objetivo a ampliação das vagas nas instituições federais, além disso, nesse governo teve a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual é um programa de financiamento baseado em concessão de bolsas em instituições privadas para aqueles que não conseguiram ingressar em uma universidade pública, o que se constitui em uma grande contradição, pois o governo deveria proporcionar educação a todos, assim, segundo Radaelli,

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o programa “Universidade para todos”, o “PROUNI”, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições. (SAVIANI, 2010, pág.14)

Além dessas duas medidas, nós também temos a grande proliferação do ensino à distância nas mais diversas modalidades pelo Brasil a fora, o que é bem preocupante, pois adquirir uma maturação intelectual e profissional com aulas sem a presença do professor para poder proporcionar um rigor teórico-metodológico, isso se torna muito complicado diante do zelo e comprometimento com a formação dos profissionais seja em qualquer área de atuação.

Há quem diga que o ensino à distância é uma forma democrática e viável de inserir aqueles que possuem um cotidiano conturbado e não podem está em um convívio diário em sala de aula, entretanto, penso que o processo ensino-aprendizagem fica comprometido com esta modalidade. Sem falar que o contato com o professor é primordial para uma formação séria e aliada aos princípios que a profissão defende, não será um curso em apenas dois anos, por exemplo, que dará conta da discussão e carga teórica que um curso superior exige.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), o total de alunos matriculados na educação superior brasileira ultrapassou a marca de 7 milhões em 2012. Esse número representa aumento de 4,4% no período 2011–2012. Enquanto o número de matrículas nas instituições públicas cresceu 7%, o aumento na rede particular, responsável por 73% do total, foi de 3,5%.

No período 2011-2012, o número de ingressantes nas instituições de educação superior cresceu 17,1%. Com taxa média de crescimento anual de 8,4% nos últimos dez anos, a rede federal registrou aumento no número de ingressantes superior a 124% entre 2002 e 2012. A rede já participa com mais de 60% dos ingressos nos cursos de graduação da rede pública.

O Censo mostra também a expansão do número de matrículas nos cursos tecnológicos. Entre 2011 e 2012, o total cresceu 8,5%. Nos cursos de bacharelado, o aumento foi de 4,6% e nos de licenciatura, de 0,8%. Com esse aumento, os cursos tecnológicos representam 13,5% das matrículas na educação superior. Os de bacharelados e de licenciatura participam com 67,1% e 19,5%, respectivamente.

Entre 2011 e 2012, as matrículas avançaram 12,2% nos cursos a distância e 3,1% nos presenciais. Com esse crescimento, a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação.

Dos estudantes que optaram pela modalidade à distância, 72% estão matriculados em universidades. Os centros universitários detêm 23%. A maioria dos matriculados no ensino superior à distância (40,4%) cursa licenciatura. Os que optaram por bacharelados são 32,3% e por tecnólogos, 27,3%.

Diante destes dados estatísticos, cabe uma grande reflexão e questionamento: porque temos o aumento significativo do ensino a distância e do ingresso nos cursos tecnólogos? É visível o aumento dos ingressos nos cursos tecnólogos e na educação à distância, pelo fato destas modalidades serem estimuladas pela mídia, redes sociais, isto é, a grande indústria do capital. É colocado na cabeça das pessoas que estes cursos são de ótima qualidade e o melhor, será feito em um curto prazo de tempo, então para as pessoas que possuem um cotidiano muito conturbado com várias atividades a serem feitas, estas facilidades se tornam primordiais para optarem por estes cursos.

O tipo de formação que as instituições com estas modalidades oferecem aos seus alunos são de cursos totalmente aligeirados, técnicos e voltados para a rápida inserção dos estudantes nas indústrias. Dessa maneira, é bem verdade que sob a lógica capitalista, as instâncias de formação acadêmicas assumem contraditoriamente a função de atender interesses antagônicos e conflitantes do ponto de vista social. Entretanto, como toda instituição, tende à garantir funcionalmente a reprodução social da ordem vigente. E assim, tendem a assegurar os propósitos do mercado de investimento e acumulação do capital e assim, tem seus projetos acadêmicos pedagógicos direcionados para produzir profissionais cujo saber técnico seja orgânico ao modo de produção e reprodução dessa formação social.

Importa destacar também a grande expansão dos Institutos pelo país, que também compactuam com esta lógica mercadológica com seus cursos de curta duração e voltados para a área industrial. Assim, é bem verdade afirmar que os institutos não surgiram proporcionais a suas respectivas estruturas, ou seja, com o surgimento acelerado, os Institutos nasceram antes da construção

de uma estrutura física adequada, iniciando seu funcionamento ainda sem as devidas condições adequadas, faltando espaços e de condições para realização de diversos serviços e acomodação do trabalho de alguns setores e funcionários. Implicando assim, em problemas da rápida expansão.

Outro destaque referente a essa rápida expansão diz respeito à contratação de profissionais e aos recursos para custear as atividades da Instituição. O crescimento foi perceptível, contemplando várias cidades do interior, entretanto, a demanda por maior quantidade de profissionais que consiga atender o grande quantitativo de alunos abrangido pelo Instituto é necessária e urgente, tendo em vista, que uma das saídas encontradas pelos setores administrativos tem sido a contratação de mão de obra barata, através da destinação de parques recursos destinados a bolsas de apoio técnico, ofertadas e ocupadas por estudantes vinculados a programas de Iniciação Profissional ofertados pelo Instituto. A maioria dos campi necessita de contratação de técnicos administrativos, porém, o trabalho que deveria ser realizado por profissionais, acaba sendo feito por estudantes.

Em relação aos recursos, vale destacar que com a grande demanda de alunos acaba sendo muito limitada tanto a oferta de serviços quanto o atendimento aos estudantes, assim os servidores não conseguem realizar um atendimento adequado. Sendo, portanto, necessário que os recursos vindos sejam proporcionais à expansão dos Institutos Federais, visando melhor atendimento aos estudantes. E essa expansão desordenada impacta com drásticas consequências para os estudantes, como bem coloca a entrevistada 3,

É claro que a gente sabe que a expansão é boa, mas existe os problemas, né? As pessoas com uma fome... Vamos expandir, vamos expandir e não houve muito planejamento, né? Só marcar as coisas, vamos fazer e agora tudo isso aí tá vindo a tona, né? Que muitas coisas a gente tinha condição, mas, pra muitas, a gente não tinha condição. É bom, mas não tinha condição, agora tá estourando, é o preço mesmo que tem que se pagar, é por aí.

A fala da entrevistada 3 nos aponta o quão é contraditório esta realidade da expansão dos Institutos, porque ao mesmo tempo que inclui uns alunos, exclui outros, e sem falar que esta expansão não esteve atrelada a um bom planejamento no que diz respeito ao financeiro e principalmente ao quadro de

técnicos administrativos que atuam, pois as demandas aumentam e os funcionários não, e a sobrecarga de trabalho se torna desgastante.

Em meio a um cenário de tensões educacionais, há contradições a serem analisadas. Visando alcançar mudanças na educação, e de forte impacto mercadológico no desenvolvimento da educação brasileira, destacamos uma importante contribuição do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), entre os anos de 2003 a 2010, à grande expansão dos Institutos Federais pelo Rio Grande do Norte, conseguindo alcançar uma significativa quantidade de pessoas, nas principais regiões do Estado do RN.

O então nomeado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)²⁹ faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e vivencia, no segundo mandato do governo Lula, o seu momento de expansão e interiorização. Porém, até chegar a essa fase atual, o Instituto vivenciou diversas etapas e passou por algumas transformações.

Como marco do início do processo de interiorização da rede federal de educação no Rio Grande do Norte, teremos em 1994 a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED- Mossoró). E em 1999 ocorrerá novamente mudança na nomenclatura da Instituição, sendo agora denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte e nessa nova fase ocorre à necessidade de propor uma reestruturação curricular, a qual

²⁹ A instituição tem sua origem em 23 de setembro de 1909 como Escola de Aprendizes Artífices no município de Natal, oferecendo curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Posteriormente, ocorre mudança na sua denominação, sendo intitulado agora como Liceu Industrial de Natal em 1937, passando a contar com oficinas de desenho, sapataria, funilaria, marcenaria e alfaiataria. Após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, com uma nova nomeação, Escola Industrial de Natal, teremos uma transformação de oficinas para cursos básicos de primeiro ciclo, divididos em quatro seções: Trabalhos de Metal, Indústria Mecânica, Eletrotécnica e Artes Industriais. As transformações vão sendo continuadas e tem seu grande marco quando conforme Lei Federal 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Industriais do Brasil são transformadas em Instituições Federais, passando a ministrar cursos técnicos do ensino médio. Dessa maneira, em 1965 a instituição é novamente renomeada, sendo agora chamada de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte. Em alguns anos seguintes, mais precisamente em 1968, visualizaremos a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), agora conforme portaria Ministerial 331 os cursos industriais básicos são extintos para dá lugar somente ao ensino profissional de nível médio. Dessa forma, são criados os primeiros cursos de Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento e Geologia, sendo regidos pelo modelo do ensino de 2º grau como ensino profissionalizante. (IFRN, 2012)

passa a compor cursos técnico de nível médio, nas formas concomitante e subsequente e cursos de graduação e pós-graduação.

Após a instalação da unidade de Mossoró e conforme proposto pelo Governo Federal, no ano de 2006 é consolidado um plano de extensão da rede federal, havendo a implantação de várias unidades pelo Estado, na Zona Norte, em Natal e nas cidades de Ipanguaçu e Currais Novos. No mesmo ano, o Centro ainda começa a atender a modalidade de jovens e adultos, mediante o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional.

No ano de 2008, a Instituição adquire uma nova configuração sendo agora transformada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), atendendo a educação profissional e tecnologia em diferentes modalidades.

Continuando a fase de expansão pelo Rio Grande do Norte, o Instituto passa a contar com outros campi, nas cidades de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz, além de outra unidade no município de Natal, o campus Cidade Alta. Visualiza-se ainda a continuação de sua expansão com a instalação de novos campi em Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante e instalação de um ensino a distância com sede no campus Natal-Central.

Como continuação do processo de expansão da rede federal obtivemos mais recentemente no ano de 2014 a instalação de três novos campi, situados nos municípios de Canguaretama, São Paulo do Potengi e Ceará Mirim.

Diante desse cenário, percebe-se então que os Institutos Federais vem vivenciando uma larga expansão e tendencialmente ainda deverão apresentar maior crescimento, havendo, portanto, atualmente uma elevação do ensino técnico profissionalizante no nosso estado.

Sendo assim, nos dias de hoje, o IFRN apresenta como sede a Reitoria, localizada na Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, Natal-RN e conta com exatamente dezenove campus, Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Educação a Distância, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz,

Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

Portanto, o que fica claro, é que na verdade essa expansão dos Institutos Federais trouxeram implicações diretas no exercício profissional do assistente social, pois à medida que ocorre um “boom” de alunos, este profissional fica extremamente sobrecarregado. Bom seria se a expansão dos Institutos viessem também com o aumento proporcional dos assistentes sociais para atender as diversas demandas que chegam.

Conforme foi dito nas sessões anteriores, o trabalho profissional por muitas vezes se torna incapaz de atingir uma devida qualidade pelo fato de existir essa exacerbação de demandas, as quais nem sempre são de competência do assistente social, a instituição nos coloca em um cotidiano extremamente arraigado de imediatismo e superficialidades nas leituras feitas da realidade e isso implicará na nossa forma de intervir. O profissional é impulsionado a tornar-se um executor terminal de políticas, deixando de penetrar no tecido social, sem compreender de forma ontológica o complexo que envolve as relações sociais. Por isso, a grande importância do profissional tensionar o pragmatismo institucional, para deixar evidente o real sentido da atuação do assistente social e não se deixar contaminar por esta lógica cruel que fragmenta e naturaliza as expressões da questão social.

3.2 A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRN E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Neste item irei expôr o debate sobre a instrumentalidade do trabalho profissional no âmbito do IFRN, bem como esta vem sendo debatida e concretizada e explico o cotidiano do assistente social neste âmbito, em concomitante, trago as principais ações na assistência estudantil, limites e possibilidades nesta atuação, as demandas profissionais e institucionais. Desse modo, apresento as falas das profissionais no corpo do texto e problematizo como a instrumentalidade no IFRN vem se relacionando com o projeto ético-político.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi observado grandes avanços no que diz respeito a educação brasileira, visto que esta é reconhecida como um direito e não um favor do Estado. Assim, conforme o art.205 da Constituição Federal de 1988:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 2014, p.34).

Dessa forma, é nesse contexto de efervescência dos movimentos sociais em busca da garantia de direitos que a concepção de educação e assistência social passam a tomar novos rumos dentro da instituição. E conseqüentemente o Serviço Social passa por uma reconstrução do seu fazer profissional para atender as novas demandas. Sabe-se, que, a partir da implementação da CF/88, começa a se desdobrar novas reflexões e aparatos capazes de dá resposta às expressões da questão social que permeiam no campo da educação e dos princípios de igualdade de acesso a tal direito.

Surge então, a importância de um tipo de atuação junto aos grupos e relações existentes no ambiente institucional, destacando os desafios do cotidiano profissional, provocando reflexões que perpassam as demandas sociais encaradas no mundo do trabalho, e em específico, na instituição em questão, o IFRN³⁰, sobretudo, instigando novas formas de interpretar a dimensão técnico-operativa do assistente social na educação.

Sendo assim, o IFRN tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político- pedagógico capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça

³⁰ No contexto do IFRN, o Serviço Social Escolar surgiu em 1962, na extinta Escola Industrial do Rio Grande do Norte, e desde aquela época vem se consolidando enquanto um setor que favorece a permanência dos alunos na instituição. Inicialmente, gestada sob o viés puramente assistencialista, as ações do Serviço Social eram voltadas à responsabilidade básica de suprir as necessidades mais urgentes demandadas pelos alunos “mais carentes”. (Oliveira, 2013, p.28) As ações nesse período refletiam aos ditames da caridade, da tutela e da benesse dos primórdios da profissão. As mudanças ocorridas em nível nacional, reflexo das lutas dos movimentos sociais nesse contexto, propiciaram também uma mudança de visão, incorporadas na luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

sociais. Por isso, cabe destacar os principais balizadores legais para desdobramento da assistência estudantil no IFRN: O Programa Nacional de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (PNAES); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96); dentre outros regulamentos internos da instituição.

Portanto, o exercício profissional do assistente social deve ir para além das demandas institucionais, que prezam pelo imediato, o aparente, regressão de direitos e consequentemente pela análise superficial da realidade posta. Assim, deve ser observado não somente às demandas explícitas, mas também as implícitas, uma vez que estas necessitam de um olhar mais atento e técnico, inclusive, com conhecimentos no que diz respeito à lei que rege a política de assistência estudantil, pois só assim poderão garantir a assistência estudantil a todos aqueles que dela necessitam, sempre pautadas pelos princípios, competências e atribuições do código de ética da profissão. Entretanto, foi identificado ao longo das entrevistas, a falta de debate político entre a categoria de assistente sociais, a exemplo nessa fala da entrevistada 3,

Olhe, sinceramente, hoje, aqui dentro da instituição, eu, assim, a gente inclusive nem tem debatido sobre o projeto ético-político, sabe, eu tenho visto a construção dos regulamentos, acompanhado tudo, nem vejo os colegas se manifestando sobre essa questão do projeto ético-político, pelo menos se isso estiver manifestado, eu não vejo assim sabe.

Esta fala denuncia a falta de debate político na categoria de assistente sociais do IFRN, o que é difícil para os profissionais estarem diante de um cotidiano tão arraigado de superficialidade e imediatismos, que na verdade compromete o trabalho com práticas mecânicas e repetitivas e o profissional se foca apenas na prática e a reflexão do que foi realizado ao longo do seu exercício diário fica esquecido e se torna secundário.

Faz-se necessário compreender que as demandas partem de necessidades sociais, contudo, essas são na verdade o imediato, o aparente que chega para o Serviço Social resolver de forma ágil e descontextualizada, já as necessidades é algo amplo, podendo ser comparadas com a essência da realidade, pois para o assistente social identificar todas as necessidades do seu usuário, é preciso um grande rigor intelectual e técnico para compreender a

fundo as mais variadas expressões da questão social e saber fazer os devidos encaminhamentos.

Com isso, é bem verdade que as necessidades são de classe, sejam ela advindas do capital ou do trabalho, então as demandas chegam para o profissional de acordo com o interesse de quem está demandando, por isso as chamadas demandas institucionais e as profissionais, que por vezes são bem distintas. Assim, a entrevistada 7 coloca que,

Limites todos profissionais tem, né! e quando você está vinculado a uma instituição você tem que ver quais são os objetivos e metas daquela instituição.

Segundo a entrevistada 7, limites sempre irão haver, entretanto, ela aponta que o profissional tem que pensar nos objetivos institucionais. Dessa maneira, acredito que as metas da instituição sempre estarão pautadas no fortalecimento da lógica neoliberal, e nos seus interesses, com isso, cabe ao assistente social sempre está munido dos seus aportes legais para se posicionar frente as demandas que não são de sua competência. Nós, enquanto profissionais atendemos as demandas do capital e do trabalho, porém, devemos ter posicionamento firme e crítico nos princípios que defendemos enquanto assistentes sociais e não devemos compactuar com demandas que não são de nossa competência.

Diante deste contexto de tantas demandas, o assistente social do IFRN atua com a assistência estudantil e esta é concebida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos estudantes, por meio de garantia do direito a educação pública de qualidade, na perspectiva de democratizar o acesso, a permanência, e o êxito escolar dos estudantes, sendo implementada em dois eixos de atuação: ações de atendimento universal e ações de atendimento para grupos sociais específicos. (IFRN, 2014)

As ações de atendimento aos grupos sociais específicos são construídas por programas, projetos e serviços que tem como objetivo fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, criando condições para a permanência do estudante de baixa renda na instituição de ensino, permitindo que ele conclua seu curso dentro dos padrões de qualidade previstos.

As ações de atendimento universal também são desenvolvidas contemplando a todo e qualquer estudante do IFRN através da demanda espontânea. Assim, o apoio a complementação das atividades acadêmicas e a formação integral dos estudantes, e o apoio ao desenvolvimento acadêmico são ações universais da assistência estudantil.

O apoio a complementação das atividades acadêmicas e a formação integral dos estudantes compreende a proteção, atenção e o pleno desenvolvimento escolar através de um atendimento universal, o qual é feito através de uma equipe multidisciplinar da assistência estudantil formada por profissionais das várias áreas do conhecimento, como assistentes sociais, fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, e profissionais de enfermagem. Para isso cada campus do IFRN conta com um serviço de saúde composto por uma equipe habilitada a desenvolver atividades educativas individuais e coletivas e a prestar atendimentos ambulatoriais e assistenciais aos discentes no âmbito da atenção primária.

As ações de apoio psicossocial fazem parte de uma outra dimensão da assistência estudantil, interligando as áreas de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, com o objetivo de identificar as situações individuais e coletivas que interfiram ou venham a interferir negativamente na qualidade de vida, no desempenho acadêmico e na permanência do estudante na instituição, com o baixo rendimento acadêmico, uma das principais causas de evasão escolar. (IFRN, 2014)

Para detectar esses e outros problemas, são realizados atendimentos, individuais e em grupo, dos estudantes e suas famílias, intervenções em sala de aula, palestras, orientações aos docentes, reunião de pais, além de orientação profissional aos estudantes e do acompanhamento de suas trajetórias estudantis. O trabalho conjunto destes profissionais potencializa a identificação de situações de vulnerabilidades sociais para o devido encaminhamento aos profissionais que podem atuar na resolução dos problemas identificados. (IFRN, 2014)

Desse modo, para promover e ampliar a formação integral do estudante, a assistência estudantil dispõe de ações que são desenvolvidas por meio de programas de caráter acadêmico, sociais, cultural, esportivo e político-estudantis. Referenciadas na perspectiva do direito de cidadania, essas ações

são desenvolvidas em conjunto com as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação, pro meio da concessão de bolsas ou auxílios, para participação em aulas externas, em eventos científicos e em fóruns de ensino, além da promoção de eventos formativos (encontros e seminários), culturais, políticos, esportivos e de lazer voltados aos estudantes.

Ressalte-se que a Política de Assistência Estudantil no IFRN procura estimular a participação do discente nos espaços deliberativos e consultivos, como aspecto fundamental para a formação integral e cidadã, concretizando o direito a educação pública e de qualidade para todos. Para isso, valoriza e apoia os órgãos de representação estudantil no IFRN, como os Grêmios Estudantis, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Centros Acadêmicos (CA's).

Já no que diz respeito ao apoio a permanência e ao êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, este é balizado por ações da assistência estudantil direcionadas aos grupos sociais prioritários.

No IFRN, a democratização do acesso por meio das ações afirmativas, como as cotas sociais e raciais, alterou significativamente o perfil dos estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertados pela instituição. A diversificação no perfil socioeconômico dos estudantes pode ser verificada através de indicadores sociais como: renda per capita, etnia, zonas residenciais, faixa etária, procedência escolar, participação em programas sociais do governo federal, acesso aos serviços de saúde pública, entre outros.

Primeiramente, o acesso do estudante a instituição é viabilizado com a isenção da taxa do processo seletivo e análise de cotas; em seguida, a sua permanência no curso é estimulada por um conjunto de ações empreendidas pela Assistência Estudantil com vistas à promoção da igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico e para a formação integral dos estudantes.

Alinhadas aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual visa buscar a garantia da permanência dos jovens nas instituições federais de ensino superior (IFES), propondo a promoção da inclusão social na educação e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2007), o qual propõe buscar

recursos necessários para aqueles estudantes em baixa condição socioeconômica, garantindo a estes permanência e, conseqüentemente conclusão em instituições federais de ensino superior.

Desse modo, estas ações são implementadas pelo Serviço Social pro meio das bolsas de fomento aos estudos dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), iniciação profissional, alimentação e auxílio-transporte, e priorizam os estudantes pertencentes a grupos sociais específicos, quais sejam: oriundos de escola pública; famílias de baixa renda; principalmente os integrantes dos programas sociais do governo federal, pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais (IFRN, 2014).

Portanto, é notável que a existência de elegibilidade para a concessão de auxílios, bolsas e outros benefícios, não afasta o compromisso do Serviço Social de trabalhar sempre na perspectiva da universalidade do atendimento. Sendo assim, o olhar da Assistência Estudantil abrange todo o corpo discente do IFRN, procurando detectar e sanar os problemas que podem ser resolvidos ou mitigados com ações articuladas na equipe interdisciplinar.

O Serviço Social no IFRN tem, ao longo dos anos, implementado ações, programas e projetos que vêm ao encontro das necessidades sociais de seus alunos, através de estratégias de acesso e permanência na Instituição, principalmente daqueles oriundos de classes menos favorecidas socioeconomicamente, contribuindo, assim, para a efetivação da educação como um direito social.

Dessa forma, é desenvolvido um conjunto de ações realizadas através de programas e projetos específicos, tendo como princípio da assistência estudantil a proteção social, através do apoio, orientação, capacitação e inclusão nos diversos programas, identificando as demandas sociais apresentadas pelos estudantes.

Segundo Yamamoto (2010), as tensões e contradições situam-se no protagonismo profissional, embasada pela relativa autonomia profissional, que

ainda que os profissionais disponham no mercado de trabalho de autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo desta forma as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em seus espaços ocupacionais. Subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado.

Dessa maneira, observa-se que o cenário que nos é colocado cotidianamente no IFRN é permeado de retração de direitos sociais e agravamento da desigualdade social, uma vez que a oportunidade de acesso aos programas, projetos e ações não é igualitária, pois a procura sempre é maior que oferta de vagas e conseqüentemente a demanda reprimida é altíssima. Então, é nítido que os programas ao mesmo tempo em que incluem, excluem outros estudantes, isto é, a seletividade está como um marco principal no acesso dos estudantes aos programas, dificultando o acesso aos seus direitos. Então, o trabalho do assistente social possui diversos limites e contradições, principalmente no que diz respeito ao planejamento equânime do recurso financeiro destinado as ações da assistência estudantil.

Assim, observa-se que esta demanda reprimida muitas vezes pode se concretizar na evasão escolar, uma vez que o aluno não possui condições de frequentar o ambiente escolar, devido a sua situação socioeconômica, cultural, geográfica ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos, que não levam em consideração o histórico educacional daqueles estudantes no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, com uma educação básica fragilizada, impedindo um bom rendimento escolar em uma instituição de excelência como o IFRN.

Por sua vez, foi observado ao longo do processo de estágio que o assistente social torna-se um executor terminal de políticas da assistência estudantil, se detendo em estabelecer os critérios de elegibilidade dos programas e priorizando o seu tempo para fazer as seleções dos inscritos. Com isso, acaba por apresentar em seu exercício uma dimensão burocrática e

administrativa, na qual a atuação se torna limitada e limitadora, já que as demandas institucionais se tornam mais evidentes do que as profissionais. Por isso, vale enfatizar que a demanda institucional difere da demanda profissional porque elas contêm propostas diferentes.

A demanda profissional prevê a mediação de primeira ordem³¹ como categoria essencial da prática, porque ela trabalha com a complexidade respondendo a determinantes variados, penetrando no tecido social, movendo-se nas várias instâncias das políticas sociais, dos programas sociais, das franjas institucionais ligadas tanto à sociedade civil organizada, quanto ao aparato institucional do Estado, isto é, busca uma análise que preza pelas diversas determinações da questão social.

Além disso, é perceptível a sobrecarga de atividades que é colocada para os assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais, onde o profissional deve exercer múltiplas funções no seu ambiente de trabalho e, muitas vezes é chamado a atuar em situações que não são de sua competência, como por exemplo, substituir uma nutricionista na vistoria dos alimentos no refeitório, o que se concretiza na precarização do trabalho do assistente social, já que este se sente coagido a atender uma demanda que não é da sua alçada, para atender os objetivos meramente institucionais. Ou seja, o profissional, termina submetido aos objetivos institucionais, esquecendo-se de quais são os seus objetivos profissionais.

Nesse sentido, no cenário atual observa-se a grande desregulamentação das leis trabalhistas, o que faz o trabalho dos assistentes sociais ficar cada vez mais fragilizado uma vez que se tem profissionais trabalhando em locais com condições de trabalho inadequadas, com uma sobrecarga de demandas, dificultando o seu fazer profissional e comprometendo um exercício profissional de qualidade.

³¹ Mediação de primeira ordem é aquela relacionada ao trabalho, isto é, ela trabalha com a complexidade respondendo a determinantes variados, penetrando no tecido social, movendo-se nas várias instâncias das políticas sociais, dos programas sociais, das franjas institucionais ligadas tanto à sociedade civil organizada, quanto ao aparato institucional do Estado.

Sendo assim, no cotidiano profissional do universo da pesquisa foi constatado através das entrevistas o quão é difícil exercer um trabalho prezando fielmente pela materialização dos aportes legais que balizam a atuação profissional e que garanta o sigilo e a dignidade do usuário, já que as condições objetivas e subjetivas do trabalho, por muitas vezes, colocam entraves ao exercício e expõem completamente a vida de cada pessoa atendida pelo Serviço Social, uma vez que nos deparamos com sala inadequada, superlotação de profissionais em um local pequeno e que todos acabam por tomar conhecimento das demandas que chegam. Entretanto, mesmo diante dos desafios, é possível fazer um trabalho com qualidade, procurando nem cair no fatalismo³² nem no messianismo³³ profissional, como a entrevistada 6 coloca,

Eu acho que, assim, na verdade, querendo ser mais crítica ainda, eu acho que não existem limites, desde que a gente tenha, que a gente consiga construir isso no grupo, certo? Se agente conseguir construir isso no grupo a gente consegue avançar, politicamente a gente consegue avançar em termos de conquistas, e o que seriam justamente o que eu enxergo como possibilidade para que as coisas aconteçam, agora assim, de desafios eu penso assim, se a categoria, se a gente conseguir é, ter uma sociedade mais participativa, mais, que compreenda melhor, o processo das relações sociais da sociedade capitalista e que ela esteja disposta a transformar essa realidade a gente consegue avançar.

Conforme a fala da entrevistada 6, não existe limites na atuação à partir do momento em que a categoria se une para construir os seus propósitos profissionais, e sem sombra de dúvidas, concordo com seu posicionamento, já que é de suma importância um trabalho em equipe para poder se realizar um trabalho bem planejado e executado, a discussão entre os profissionais e cada um mostrando seus posicionamentos faz com que o processo seja mais rico e compensador para todos os envolvidos. Desafios sempre existirão, mas, enquanto profissionais comprometidos com os nossos usuários, devemos sempre vislumbrar as possibilidades, e sermos propositivos para não reproduzirmos a barbárie dentro da instituição que atuamos.

³² O fatalismo ocorre quando o profissional acredita que não pode fazer nada no seu ambiente de trabalho e se rende as determinações institucionais.

³³ O messianismo acontece quando o assistente social acredita que sozinho irá transformar a realidade.

Apesar do Serviço Social ser reconhecido como “profissão liberal”, tendo assim autonomia teórico-metodológica, técnica-operativa, e ético-política na condução do exercício profissional, muitas vezes o fazer profissional é tensionado pela relação de compra e venda de sua força de trabalho, pela sua condição de trabalhador assalariado.

Dessa forma, os empregadores e/ou instituições empregadoras acabam definindo as demandas e condições a ser exercida a atividade profissional, fato que pode até trazer algumas possibilidades, mas também muitos limites para a efetivação do projeto profissional. Sobre essas possibilidades a entrevistada 7 afirma que,

Os profissionais têm limites para desenvolver suas ações, no entanto, têm várias possibilidades, eu acho que cabe o profissional ele ser, é ter articulação com a instituição, aqui no IFRN eu não vejo tanta porta fechada pra isso não, eu acho que você tendo um diálogo, mostrando que aquela ação é importante, que o aluno vai se beneficiar com isso.

Diante da fala da entrevistada 7, fica visível que é importante o assistente social tenha um papel de articulador de mediações, e que no seu ambiente de trabalho, sempre busque alianças para almejar os seus objetivos profissionais, pois é através do diálogo que o profissional ganhará visibilidade e reconhecimento para lutar pelos direitos dos seus usuários. É fundamental saber a hora que devemos dá dois passos para traz para conseguir mais adiante dá um para frente, sempre estabelecendo um ambiente adequado para traçar seus objetivos.

Logo, o que particulariza as atividades profissionais dos assistentes sociais, é a articulação que é/deve ser feita a todo instante entre os aportes teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e ainda as condições objetivas em que se realiza o exercício profissional.

Os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação trazem o conjunto das competências específicas do/as assistentes sociais que se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional (CFESS/CRESS, 2013, p.50).

Uma das dimensões mais comuns de encontramos na atuação de assistentes sociais na educação são as abordagens individuais e junto as famílias dos estudantes e dos trabalhadores.

As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional (CFESS/CRESS, 2013, p.51).

Dessa forma não se pode reduzir a atuação profissional apenas a esses tipos de abordagens, tendo em vista que existem outras possibilidades e estratégias de intervenção que irão subsidiar melhor o entendimento da realidade. Pensar que devemos a todo instante buscar o conhecimento, prezar pela educação permanente para poder desvelar a realidade de uma forma mais fiel e universal, participar dos eventos do Serviço Social, dos movimentos sociais, buscar alianças com os profissionais da categoria e os que compactuam dos mesmos princípios, e lutar sempre pela viabilização dos direitos dos usuários.

Outra dimensão importante é a intervenção coletiva junto aos movimentos sociais, Essa dimensão possibilita, assim, a ampliação dos horizontes da atuação profissional, que além da defesa de uma educação pública, possibilite a incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais (CFESS/CRESS, 2013, p.52). A articulação com os movimentos sociais é de grande importância no reconhecimento do papel dos sujeitos coletivos em prol da ampliação aos direitos sociais, e nesse caso, uma educação pública, laica e de qualidade, e que atenda os interesses da classe trabalhadora.

Mesmo sabendo que esta intervenção junto aos movimentos é fundamental, foi identificado que o serviço social do IFRN ora atua nestes espaços, ora não, por vários motivos, sendo eles, de cunho pessoal ou até mesmo profissional. As entrevistadas apontam que não participam por medo de rebeliões e atos agressivos durante as manifestações e outras porque não tem afinidade com esta atuação, discordam de alguns objetivos dos movimentos. Então ficou perceptível que a categoria não se articula frente aos movimentos

que são voltados para a defesa dos direitos do corpo social, contudo, buscam participar dos espaços que lutam pelas melhorias das condições de trabalho no IFRN, como por exemplo, a redução da carga horária para 30 horas, o que é um tanto esquizofrênico, pois um profissional comprometido deve atuar em qualquer tipo de manifestação em busca da efetivação dos direitos sociais, sem haver uma perspectiva unilateral e unilaterizante.

Em relação à dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional, os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação defendem que ela contribui para a compreensão das condições de vida, trabalho e educação com a qual atua, no entanto, não se deve ficar apenas no plano do pensamento. E que embora no contexto da educação recaiam sobre a realização de estudos socioeconômicos vinculados a política de assistência estudantil (concessão de bolsas e auxílios, condições de acesso e permanência), a intervenção profissional não deve restringir-se a essa demanda.

Essa ressalva é de grande importância, tendo em vista que embora considerando a diversidade das formas de inserção e atuação dos/as assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais, a predominância desse tipo de demanda acaba gerando a imediata associação entre essas atividades citadas e o fazer profissional em si, o que acaba provocando equívocos quanto ao fazer profissional, como se o serviço social se limitasse a fazer avaliação socioeconômica para a concessão de auxílios e bolsas.

Outra consideração importante, é que diante da estruturação verticalizada e pouco democrática dos espaços educacionais, a dimensão profissional relacionada à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e as estratégias de inserção e participação dos estudantes, família, professores e trabalhadores da educação nas conferências e conselhos se particulariza.

Nesse sentido, de acordo com os subsídios área da educação, a atuação profissional deve também estar voltada para os processos de discussão e modificação das formas de composição e funcionamento dessas instâncias, tendo em vista que a gestão democrática é fundamental para que tenhamos um ensino de qualidade, o que pressupõe a participação coletiva e a autonomia nas

decisões. No entanto, é importante esclarecer que essa dimensão depende principalmente da afirmação do o projeto profissional do Serviço Social por parte do/a assistente social, pois geralmente não é demandada pela instituição a pedido dos gestores, nem por programas e projetos governamentais.

No que se refere à dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, e de sua rede de serviços e da legislação social, tem-se um dos elementos que justificam a inserção do/a assistente social na educação, porém, é um dos focos de resistência a presença de assistentes sociais nessa política, pela aproximação de sua abordagem com a do pedagogo. No entanto, deve deixar claro que a dimensão pedagógica não cabe somente ao pedagogo, os/as assistentes sociais também participam, mas com particularidades.

Já a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços (na política de educação), apesar de não ser tão demanda institucionalmente, coloca-se como uma intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, principalmente quando se visa assegurar processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares (CFESS/CRESS, 2013, p.55)

De modo geral, o trabalho do assistente social é permeado de tensões, limites e desafios, porém cabe a ele não ter medo de ousar e flexibilizar as estratégias, procurando ser um profissional criativo, propositivo, negociador, atualizado e crítico diante as demandas institucionais que são apresentadas, prezando pelos interesses das classes subalternizadas, tensionando o pragmatismo institucional.

Contudo, apesar dessas condições, tem-se percebido a responsabilidade e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados pela maioria dos profissionais do Serviço Social aos usuários, buscando ter como norte os aportes teóricos da profissão e principalmente a luta pela educação como um direito social.

De modo geral, tem-se assim um fazer profissional extremamente contraditório, o qual atendemos interesses do trabalho e do capital, além do que

lidamos com as demandas profissionais e as institucionais que por vezes estas são totalmente despidas de mediações ontológicas e colocam o profissional em um intenso burocratismo e pragmatismo nas suas ações.

Foi constatado que lidar com a correlação de forças dentro da instituição e ter voz não é uma tarefa fácil, efetivar a educação como um direito de todos é na verdade um processo de avanços e retrocessos, tendo em vista que para o empregador o que importa são as respostas quantitativas e não qualitativas, as respostas ágeis ao usuário. Destarte, o principal interesse das instituições é justamente a reprodução da lógica burguesa, da contenção de gastos e extrema seletividade. Todavia, cabe ao profissional defender o Projeto Ético-Político do Serviço Social, com uma atuação orientada pelos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, lei de regulamentação da profissão, dentre outros aparatos, que dão materialidade ao Projeto Profissional do Serviço Social, principalmente na perspectiva de superação de todas as formas de preconceito e desigualdades, sejam elas de classe, raça, etnia, gênero, cultural, etc. Visando assim, a concretização da educação como direito social e como um dos principais e ativos mecanismos para a emancipação humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória para a construção deste trabalho foi permeada de desafios e descobertas, ao mesmo tempo que foi difícil pesquisar uma temática que é pouco debatida na categoria, com poucas produções teóricas, foi bastante prazeroso poder entender melhor a instrumentalidade do Serviço Social, seus determinantes e como ela se expressa no cotidiano profissional.

Sendo assim, para debater sobre a instrumentalidade foi feito um resgate sobre os fundamentos sócio-históricos da profissão para dessa forma, entender como esta discussão começou a ser difundida no seio da categoria. Então, o intuito desta trajetória no trabalho, é provocar uma melhor compreensão de como a instrumentalidade está sendo pensada e materializada pelos assistentes sociais do IFRN. É de extrema relevância prezar pelo materialismo histórico desse processo, fazendo uma análise do passado para se entender o presente, buscar a essência do que se pretende debater, para assim transmitir a qualidade que se teve ao longo da pesquisa.

Além disso, é importante colocar que diante das escassas produções sobre a temática, se tornou mais desafiador fazer colocações sobre a instrumentalidade e principalmente confrontar com outros autores, para se fazer a análise crítica. Desse modo, fica claro que é importante o estímulo para outras produções, idéias novas e que possam provocar um maior embasamento para os que querem estudar e se aprofundar nesta temática, é muito relevante trazer aspectos sobre a instrumentalidade do trabalho profissional para desmistificar muitas idéias equivocadas que são postas e entender esta temática para além de um mero arsenal de instrumentos profissionais.

O principal estímulo para este trabalho, foi buscar aprofundar a concepção de instrumentalidade para esclarecer que esta não é um mero conjunto de instrumentos que irá proporcionar o alcance das finalidades profissionais, pois tem que ser desconstruído o estigma da instrumentalidade como algo aplicado a toda e qualquer realidade sem nenhuma mediação e o assistente social como um mero executor terminal de políticas sociais.

O trabalho traz a defesa da instrumentalidade como uma capacidade ontológica e reflexiva que o profissional vai adquirindo ao longo do seu exercício profissional, o qual articula as três dimensões profissionais, isto é, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para se apropriar da realidade que é posta e conseqüentemente fazer uma intervenção crítica, responsável e de qualidade.

Com isso, foi tentando constatar como a instrumentalidade estava sendo pensada e materializada na categoria, que foi proposto fazer abordagens das realidades diversas no que tange o trabalho das assistentes sociais dos campi do IFRN na grande Natal, para dessa maneira, confrontar os dados empíricos com os teóricos que haviam sido estudados para a elaboração do trabalho. Foi tipo como eixo norteador, um questionário semi-estruturado, o qual continha questões com categorias chaves para este debate e através deste roteiro foram conduzidas as entrevistas.

É importante destacar que a realidade não é transparente, possui diversas faces, é altamente dinâmica e fica complicado conseguirmos fazer um análise fiel, entretanto, se faz necessário diversas aproximações da realidade para se construir o conhecimento, para assim o assistente social possuir embasamento para fazer uma boa intervenção. Quem não conhece, não sabe se posicionar e facilmente se contamina com o senso comum.

Através do roteiro de entrevista foi possível se aproximar mesmo que de forma tímida, desta realidade e entender algumas determinações que perpassam o cotidiano profissional através das falas cedidas pelas profissionais e que trouxeram pontos imprescindíveis para o debate. Sem dúvida, o roteiro não iria conseguir abarcar todos os pontos que seriam fundamentais para o desenvolver a temática, porém, os dados que foram transmitidos, puderam servir de base para o fazer o contraponto com o acúmulo teórico. Além da insuficiência do roteiro, aponto as limitações da pesquisadora e também de um trabalho de conclusão de curso com debates que posteriormente ainda serão aprofundados, também são determinantes para que a temática não seja contemplada como deveria.

Todavia, mesmo com as limitações que ocorrem durante o processo, é inegável que o questionário foi uma metodologia que proporcionou um substrato empírico para poder atingir o objetivo do trabalho que era identificar como está sendo pensada, construída e materializada a instrumentalidade no cotidiano dos assistentes sociais do IFRN.

Do ponto de vista do entendimento das profissionais sobre instrumentalidade foi constatado o quão é recorrente estas acreditarem que a instrumentalidade é o conjunto de instrumentos da profissão, os quais irão proporcionar o alcance das finalidades no seu âmbito de trabalho. Com isso, é bem preocupante se deparar com esta concepção enviesada, tendo em vista que existem diversos meios para o profissional está se atualizando.

Este dado se torna ainda mais concreto e relevante à partir do momento que foi identificado nas entrevistas a falta de participação das assistentes sociais do IFRN nos espaços de debates, congressos, movimentos sociais, seminários, mini-cursos, isto é, encontros da categoria para a discussão de diversos pontos cruciais para a qualificação do profissional, assim, fica claro que a defasagem do conhecimento irá interferir diretamente na intervenção, é necessário uma constante atualização do conhecimento, pois quem não conhece não debate, não questiona e reproduz a barbárie institucional.

A maioria das entrevistadas afirmam que a não participação dos eventos e movimentos sociais se dá pelo cotidiano frenético, o qual exige uma boa parte do tempo para a dedicação da execução dos programas da assistência estudantil ou então por outros motivos pessoais que impedem esta busca pela educação permanente. Além disso, apontam que apoiam as causas dos movimentos sociais, porém não participam por medo de atos de rebelião ou até mesmo por não se identificarem com esta atuação do assistente social junto aos movimentos.

Outra categoria que é fundamental para o debate da instrumentalidade é a mediação e esta também foi apontada de forma equivocada pelas entrevistadas, ou até mesmo não sabiam do que se tratava exatamente. Com isso, foi de grande valia obter estes dados para poder identificar os agravantes na falta de apreensão intelectual dos debates que perpassam a categoria. No

âmbito da pesquisa é primordial dá voz aos sujeitos, pois a não resposta, o não entendimento sobre o que está sendo perguntado, por exemplo, é um dado crucial para o pesquisador.

No decorrer das entrevistas também foi debatido sobre as condições de trabalho, os limites e desafios encontrados no cotidiano do assistente social e as demandas profissionais e institucionais. Por sua vez, foi averiguado que as condições de trabalho não são vistas de uma forma crítica pela maioria das profissionais, pois colocaram nas suas falas como sendo a parte de infraestrutura da instituição, um bom computador, acesso a internet, boa sala, entretanto sabe-se que as condições ultrapassam a parte física do local de trabalho, pois o poder institucional e seu pragmatismo impactam também no desenvolver de um bom trabalho no espaço sócio-ocupacional.

As demandas profissionais são as de competência e atribuição do assistente social, as quais tensionam o assédio moral da instituição, o poder hierárquico e que por vezes subjagam o lugar do assistente social, então estas demandas estabelecem diversas mediações para viabilizar o direito dos seus usuários.

Já as demandas institucionais muitas vezes divergem das profissionais, por chegarem de forma enviesada, sobrecarregando o profissional com atividades que não são suas e enfatizando o papel deturpado que o assistente social faz tudo na instituição, o que não é verdade. Destarte, é indispensável o profissional se posicionar diante dessa agressão institucional.

As profissionais apontaram as condições de trabalho como esta parte física da instituição, contudo, demonstraram que se posicionam frente às demandas distorcidas que chegam e sempre buscam propôr e se aliarem a profissional que pactuam do mesmo direcionamento para negociar e alcançar os seus objetivos. Foi colocado pelas profissionais, que mesmo com os limites que ocorrem ao longo do caminho, muitas bandeiras foram colocadas pelas profissionais e conseguiram diversos avanços na instituição através de estratégias traçadas pela categoria.

Portanto, fica evidente que não é fácil diante desta conjuntura neoliberal conseguir efetivar o projeto ético- político da profissão, o qual foi muito bem

pensado pela categoria, com tantas situações adversas, regressão de direitos, uma tremenda barbárie social, é bem desafiador, porém, é fundamental sempre tê-lo como nosso norteador, auto-imagem da profissão.

O grande entusiasmo para este trabalho foi expor argumentos através de dados empíricos que confirmem a grande necessidade dos profissionais de Serviço Social estarem buscando a educação permanente, para não se deixarem engolir pelo cotidiano do conservadorismo e das práticas acríticas.

E por fim, cabe registrar às assistentes sociais do IFRN a admiração por lidarem com este cotidiano perverso, enfrentando diversos desafios a cada dia com tanta luta e responsabilidade, sempre em busca de concretizar a educação como um direito de todos. Assim, este trabalho não busca deixar evidente a exiguidade no que tange a instrumentalidade, mas sim, deixar uma incipiente contribuição para um estímulo para outras produções e sem sombra de dúvidas para aguçar a qualificação dos profissionais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 2. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

CFESS. **A política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS**,2012.

CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez,1999.

GUERRA, Yolanda. **NO QUE SE SUSTENTA A FALÁCIA DE QUE “NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA?”**. 2005.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2007.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Vilela iamamoto, Raul de Carvalho. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital : capital financeiro, trabalho e questão social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 23 de 17 de dezembro de 2010. Aprova o Plano de Assistência Estudantil do Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte. Dezembro, 2010. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/cons.../consup/resolucoes/resolucoes-2010/Resolucao%2023-2010.pdf/view>>. Acesso em: 13 de nov. 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina.** Disponível em: Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Acesso em: 06 de outubro de 2015. Configurações [Online], 10 | 2012, posto online no dia 17 Fevereiro 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64/** José Paulo Netto- 16.ed.São Paulo: Cortez, 2011.
OLIVEIRA, Ana Patricia Souza de. **O Serviço Social no contexto educacional do IFRN: uma análise dos programas de assistência aos estudantes.** Natal, RN, 2013.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades.** Poíesis Pedagógica – v.8, N.2 ago/dez. 2010; PP. 4-17. On line. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035> acesso em 01/10/2015.

RADAELLI, Andressa Benvenuto UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: REUNI E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DURANTE O GOVERNO LULA.** 2013.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I- Identificação do profissional:

Nome:

Vínculo empregatício: () contrato: () carteira assinada () sem carteira assinada

() contrato temporário: () carteira assinada () sem carteira assinada

() concurso

() Outro:

Há quanto tempo trabalha na instituição?

() até 1 ano

() mais de 1 até 5 anos

() mais de 10 anos até 20 anos

() mais de 20 anos

QUESTIONÁRIO

- 1- Como você avalia as suas condições de trabalho e como se dá a sua relação com o usuário?
- 2- Quais são os programas e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social na instituição? Como você os avalia? Destaque e comente um.
- 3- No ponto de vista da instrumentalidade profissional, como você a articula com o Projeto Ético-Político profissional?
- 4- Quais os instrumentais técnico-operativos que são mais utilizados pelo Serviço Social na instituição?
- 5- Como você avalia as demandas institucionais e as profissionais?

- 6- Quais mediações permeiam o cotidiano de trabalho de vocês? E qual a relevância de fazer mediações no exercício profissional?
- 7- Você procura participar de eventos do Serviço Social? Atualmente, você possui aproximação com a academia, com o CRESS, ou participa de algum movimento social?
- 8- Como você avalia os limites e possibilidades do exercício profissional?
- 9- Como você observa a visibilidade, reconhecimento e representação da profissão no seu exercício profissional?